

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC**

**CURSO DE DIREITO**

**KAROLAINE DA SILVA MACHADO**

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO *ONLINE*: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE  
UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA PARA CESSAR A  
DIVULGAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS NOS CASOS DE PORNOGRAFIA DA  
VINGANÇA**

**CRICIÚMA**

**2019**

**KAROLAINÉ DA SILVA MACHADO**

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO *ONLINE*: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE  
UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA PARA CESSAR A  
DIVULGAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS NOS CASOS DE PORNOGRAFIA DA  
VINGANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
para obtenção do grau de Bacharelado no  
curso de Direito da Universidade do Extremo  
Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Me. Leandro Alfredo da Rosa

**CRICIÚMA**

**2019**

**KAROLAINÉ DA SILVA MACHADO**

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO *ONLINE*: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE  
UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA PARA CESSAR A  
DIVULGAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS NOS CASOS DE PORNOGRAFIA DA  
VINGANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado  
pela Banca Examinadora para obtenção do  
Grau de Bacharela, no Curso de Direito da  
Universidade do Extremo Sul Catarinense,  
UNESC.

Criciúma, 29 de novembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Leandro Alfredo da Rosa - Mestre - (UNESC) - Orientador

Prof.<sup>a</sup> Anamara de Souza - Mestre - (UNESC)

Prof.<sup>a</sup> Rosângela Del Moro - Especialista - (UNESC)

**A todos aqueles que estiveram ao meu lado  
durante a graduação.**

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, agradeço a Deus, por ter guiado meu caminho durante os cinco anos da graduação.

Aos meus pais, Sandro e Rodinéia, a minha eterna gratidão por tudo. Vocês me fizeram quem eu sou e não mediram esforços para que esse sonho fosse concretizado, por esse motivo, o meu muito obrigado. Agradeço também ao meu irmão, Pedro Henrique. Vocês são minha base!

Agradeço ao meu namorado, Francis Bez Lummertz, pela força que me deu durante toda a graduação. Obrigada por sempre me ouvir, me ajudar, estar ao meu lado e me encorajar a buscar aquilo que almejo.

Agradeço à Larissa Barros Torres, melhor amiga que o Direito me deu e que levarei para toda a vida. Obrigada por dividir comigo todos os medos, inseguranças e todas as vitórias dessa longa caminhada. Obrigada por todas as risadas, conselhos e por todos os planos que fizemos juntas.

Agradeço à minha amiga e companheira de viagem até a UNESC, Bruna de Matos Bauer, que sempre me ouviu, me deu bons conselhos e, acima de tudo, sempre esteve ao meu lado, torcendo por mim.

Agradeço à Mariana Magnus, que desde o Ensino Médio tem sido a melhor amiga que eu poderia ter tido. Obrigada por estar ao meu lado durante todo esse tempo, mesmo com a distância e a correria do dia-a-dia.

Agradeço aos demais amigos e familiares que acompanharam a minha trajetória e fizeram parte desta conquista.

Agradeço ao meu orientador, Leandro Alfredo da Rosa, pelo tempo dedicado, pela paciência e atenção durante as orientações e, principalmente, pelos saberes que me foram repassados.

Agradeço a todos os professores do Curso de Direito da UNESC, pela honra que foi receber seus ensinamentos durante os cinco anos da graduação.

Agradeço a todos os profissionais com quem tive a honra de trabalhar durante os estágios na Vara Única e na Promotoria de Justiça, ambas da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC. Levarei comigo todos os ensinamentos repassados, que serão essenciais para a minha vida profissional.

Agradeço, por fim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com essa etapa que, sem dúvidas, foi a mais importante da minha vida.

**“Que nada nos limite. Que nada nos defina,  
que nada nos sujeite. Que a liberdade seja  
nossa própria substância, já que viver é ser  
livre”.**

**(Simone de Beauvoir)**

## RESUMO

A Lei 13.718, publicada em 24 de setembro de 2018, promoveu a criminalização da divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia, prevendo uma causa de aumento de pena para os casos de pornografia da vingança, ou seja, para quando a disseminação não consentida é praticada por alguém que mantenha ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima, com a finalidade de vingança ou humilhação. Por sua vez, a Lei 13.772, publicada em 19 de dezembro de 2018, alterou o artigo 5º, inciso II, da Lei Maria da Penha, passando a incluir a violação da intimidade como forma de violência psicológica. Assim, a partir destas mudanças legislativas, este trabalho monográfico aborda a pornografia da vingança enquanto violência de gênero *online* e, busca refletir sobre a possibilidade de utilização de medidas protetivas de urgência diversas das previstas no artigo 22 da Lei Maria da Penha, para cessar a divulgação de imagens íntimas nos casos de pornografia da vingança. Para tanto, utiliza-se do método dedutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa, com uso de material bibliográfico variado em livros, capítulos de livros, artigos de periódicos e anais, monografias, dissertações, tese, textos de *sítes* jornalísticos e de organização não-governamental, além de legislação. O estudo inicia-se com a conceituação da violência de gênero contra a mulher e a análise da Lei Maria da Penha enquanto mecanismo jurídico de defesa. Após, aborda sobre a pornografia da vingança e as implicações criminais geradas antes e depois da sua criminalização, trazendo casos de repercussão nacional de mulheres que foram vítimas dessa conduta. Ao final, analisa-se os mecanismos jurídicos de proteção assegurados às vítimas de pornografia da vingança. Através deste estudo, constata-se que existe a possibilidade de deferir medidas protetivas de urgência consistentes na abstenção de disseminar o conteúdo íntimo, cessação da divulgação ou remoção do conteúdo divulgado.

**Palavras-chave:** Gênero. Violência. Lei Maria da Penha. Medidas Protetivas. Pornografia da Vingança.

## ABSTRACT

The Law 13.718, published on September 24, 2018, promoted the criminalization of the disclosure of a rape scene or rape scene of vulnerable, sex scene or pornography, predicting a cause of increase penalty for revenge porn cases, that is, for when unauthorized dissemination is practiced by someone who has or has had a close relationship of affection with the victim for the purpose of revenge or humiliation. In turn, the Law 13.772, published on December 19, 2018, amended article 5, item II, of the Maria da Penha Law, to include the violation of intimacy as a form of psychological violence. Thus, based on these legislative changes, this monographic work addresses revenge porn as online gender violence and seeks to reflect on the possibility of using urgent protective measures different from those provided for in article 22 of the Maria da Penha Law, to cease disclosure of intimate images in cases of revenge porn. To this end, the deductive method is used in theoretical and qualitative research, using varied bibliographic material in books, book chapters, periodicals articles and congress proceedings, monographs, dissertations, thesis, texts of journalistic and organizational non-governmental websites, in addition to legislation. The study begins with the conceptualization of gender violence against women and the analysis of the Maria da Penha Law as a legal defense mechanism. After, it deals with revenge porn and the criminal implications generated before and after its criminalization, bringing cases of national repercussion of women who were victims of this conduct. In the end, the legal protection mechanisms provided to the victims of revenge porn are analyzed. Through this study, it is found that there is the possibility of granting urgent protective measures consistent with the abstention from disseminating intimate content, cessation of disclosure or removal of disclosed content.

**Keywords:** Gender. Violence. Maria da Penha Law. Protective Measures. Revenge Porn.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E OS MECANISMOS JURÍDICOS DE DEFESA.....</b>	<b>13</b>
2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER .....	13
2.2 LEI MARIA DA PENHA E SUA APLICABILIDADE.....	18
2.3 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA.....	25
<b>3 PORNOGRAFIA DA VINGANÇA E SUA TIPIFICAÇÃO NO CÓDIGO PENAL....</b>	<b>31</b>
3.1 PORNOGRAFIA DA VINGANÇA: DIVULGAÇÃO NÃO CONSENTIDA DE IMAGENS ÍNTIMAS NA <i>INTERNET</i> .....	31
3.2 CASOS DE PORNOGRAFIA DA VINGANÇA NO BRASIL.....	36
3.3 CRIMINALIZAÇÃO DA PORNOGRAFIA DA VINGANÇA NO CÓDIGO PENAL: ADVENTO DA LEI Nº 13.718/2018.....	40
<b>4 INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA CESSAR A DIVULGAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS NOS CASOS DE PORNOGRAFIA DA VINGANÇA .....</b>	<b>46</b>
4.1 MARCO CIVIL DA <i>INTERNET</i> E A RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR PELA DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTEÚDOS ÍNTIMOS POR TERCEIROS.....	47
4.2 VIOLAÇÃO DA INTIMIDADE: PROTEÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E SUA INCLUSÃO COMO FORMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA....	52
4.3 POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DIVERSAS DAS PREVISTAS NO ART. 22 DA LEI Nº 11.340/06 COMO MEIO PARA CESSAR A DIVULGAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS.....	57
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente tem sido comum deparar-se com notícias dando conta de casos de mulheres que foram vítimas de divulgação de imagens íntimas por seus atuais ou ex-companheiros. Isso tem ocorrido com maior frequência em razão da facilidade de divulgação de conteúdos nas redes sociais, que proporcionam uma grande disseminação em um curto espaço de tempo. Veja-se que, na sociedade contemporânea, a violência de gênero contra a mulher também é praticada na *internet*, aos olhos de milhões de internautas que, algumas das vezes, acabam contribuindo com o compartilhamento do conteúdo íntimo e, conseqüentemente, com o aumento dos danos ocasionados na vida da vítima.

Nesse viés, até setembro de 2018, a divulgação de imagens íntimas não possuía tipo penal próprio, de modo que tal conduta era enquadrada nos crimes contra a honra, em especial, como difamação e injúria, a depender do entendimento dos aplicadores do direito no caso concreto.

Contudo, a partir da publicação da Lei nº 13.718, em 24 de setembro de 2018, inovou-se no ordenamento jurídico brasileiro, criminalizando a conduta de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia, inserindo no Código Penal Brasileiro o artigo 218-C. Referido dispositivo previu, em seu § 1º, uma causa de aumento de pena para os casos em que o autor do fato pratica o crime com a finalidade de humilhar ou vingar-se de pessoa com quem mantenha ou tenha mantido relacionamento, visando tornar mais grave a pena nos casos de pornografia da vingança.

Ademais, a Lei nº 13.772, publicada em 19 de dezembro de 2018, alterou o artigo 7º, inciso II da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), acrescentando a violação da intimidade como forma de violência psicológica, o que possibilitou que a pornografia da vingança passasse a ser considerada como uma forma de violência doméstica amparada pela Lei Maria da Penha.

Todavia, muito embora as mudanças legislativas realizadas, ao criminalizar tal conduta que antes configurava-se como mero crime contra a honra e ao trazer a violação da intimidade para o campo da violência psicológica no âmbito da violência doméstica, tem-se que não houve previsão de mecanismos específicos

de proteção às mulheres vítimas de tal crime, limitando-se em criminalizar e punir, sem buscar minorar as consequências negativas na vida daquelas que foram expostas.

Nesse viés, esta monografia tem como objetivo refletir sobre a possibilidade de as vítimas de pornografia da vingança utilizarem-se de medidas protetivas de urgência diversas das previstas no artigo 22 da Lei nº 11.340/2006, a fim de fazer cessar a divulgação de imagens íntimas na *internet*, uma vez que inexistente medida protetiva nesse sentido. Buscar-se-á analisar essa possibilidade pautando-se na inclusão da pornografia da vingança como uma forma de violência doméstica e familiar.

A fim de cumprir com o objetivo proposto, este trabalho monográfico divide-se em três capítulos, de modo que o primeiro capítulo abordará a violência de gênero contra a mulher enquanto resultado de uma cultura patriarcal, mostrando-se que, ainda hoje, a violência contra a mulher está intimamente relacionada ao preconceito em relação ao gênero e a uma relação de poder do homem em face da mulher. Também será tratado da criação da Lei Maria da Penha como resultado da violência doméstica e familiar praticada, preponderantemente, contra as mulheres, examinando-se, ao final, as medidas protetivas de urgência enquanto um importantíssimo mecanismo de defesa assegurado pela Lei Maria da Penha às vítimas de violência doméstica e familiar.

Por sua vez, no segundo capítulo, analisar-se-á o fenômeno da pornografia da vingança, tratando-se de sua conceituação e âmbito de ocorrência. Além disso, tratar-se-á dos casos de pornografia da vingança ocorridos no Brasil que alcançaram grande repercussão na mídia. Ao final, abordar-se-á a criminalização da divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia, a partir da inclusão do artigo 218-C no Código Penal, que contempla os casos de pornografia da vingança, tratando-se, com ênfase, sobre a causa de aumento prevista no § 1º do referido artigo, uma vez que refere-se, de forma específica, à conduta em apreço.

E, por fim, no terceiro capítulo, tratar-se-á da possibilidade de notificar extrajudicialmente os provedores de aplicações da *internet* para que indisponibilizem o conteúdo íntimo, sendo este um mecanismo jurídico para cessar a divulgação

assegurado pela Lei do Marco Civil da *Internet*. Após, abordar-se-á a inclusão da violação da intimidade como uma forma de violência psicológica no âmbito da Lei Maria da Penha, promovida pela Lei nº 13.772/2018. E, ao final, a partir desta mudança, buscar-se-á analisar a possibilidade de as vítimas de pornografia da vingança utilizarem-se de medidas protetivas de urgência diversas das previstas no artigo 22 da Lei nº 11.340/2006 para cessar a divulgação de imagens íntimas nos casos de pornografia da vingança.

A relevância social desta monografia encontra-se na necessidade da busca por mecanismos efetivos de proteção às mulheres vítimas de pornografia da vingança, seja para evitar essa forma de violência ou para reduzir os danos causados pela conduta. Ademais, visa-se demonstrar a imprescindibilidade de visualizar a pessoa exposta como a verdadeira vítima do crime, uma vez que, ainda hoje, as mulheres são julgadas por usufruir da sua sexualidade, sendo que esse julgamento feito pela sociedade é o que torna ainda mais danoso esse fenômeno, ao passo que faz da vítima a culpada pelo acontecido.

Contudo, uma vez que a criminalização da pornografia da vingança e a sua inclusão como forma de violência doméstica ocorreram no segundo semestre do ano de 2018, a discussão sobre a possibilidade de as vítimas utilizarem de medidas protetivas de urgência diversas das previstas no artigo 22 da Lei nº 11.340/2006, para fazer cessar a divulgação das imagens íntimas na *internet* é algo muito recente, não havendo uma grande quantidade de materiais acadêmicos sobre o assunto.

Assim, neste trabalho, será utilizado o método dedutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa, utilizando-se de material bibliográfico variado em livros, capítulos de livros, artigos de periódicos e anais, monografias, dissertações, tese, bem como textos de *sites* jornalísticos e de organização não-governamental, a fim de se obter informações acerca da violência de gênero contra a mulher e da Lei Maria da Penha como um instrumento para o seu combate, da pornografia da vingança e dos casos de grande repercussão, bem como instrumentos jurídicos que possibilitam cessar a divulgação de imagens íntimas. Ademais, analisar-se-á as inovações legislativas promovidas no ano de 2018 acerca do tema, bem como as legislações que já existiam.

## **2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E OS MECANISMOS JURÍDICOS DE DEFESA**

A violência contra mulher é fato no Brasil e vitima mulheres de todas as classes sociais. Essa realidade é o óbice para que se conquiste a igualdade entre os gêneros e para que se garanta a dignidade humana às mulheres que, ao se tornarem vítimas de violência, são vistas como um objeto do homem, cuja atitude de domínio sobre a mulher é tida como algo natural (AZEREDO; CARLOS; WENDT, 2016, p. 2).

Visando proteger as mulheres vítimas de violência doméstica, sobreveio ao ordenamento jurídico brasileiro a Lei nº 11.340, publicada em 07 de agosto de 2006, denominada de Lei Maria da Penha. Referida lei chamou atenção para as questões de gênero ao tratar das formas de violência sofridas pelas mulheres, buscando trazer mecanismos de defesa contra estas condutas, bem como demonstrando que a violência contra a mulher é algo que deve ser discutido e combatido (CAMBI; DENORA, 2017, p. 1-2).

O assunto deste capítulo gira em torno da violência de gênero contra a mulher, bem como da Lei Maria da Penha e os mecanismos de defesa por ela assegurados às vítimas de violência, especialmente, as medidas protetivas de urgência.

### **2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER**

A fim de que se possa tratar da violência de gênero contra a mulher, imperioso que, primeiramente, sejam conceituadas as palavras violência e gênero. Isso porque, segundo Viegas e Francisco (2019, p. 5), “toda a construção história de violência contra mulher está carregada de preconceito relacionado ao gênero e sua relação de poder”.

Para Nucci (2008, p. 1125), “a violência significa, em linhas gerais, qualquer forma de constrangimento ou força, que pode ser física ou moral [...]”. A violência configura-se pelo uso da força física, intelectual e psicológica com a finalidade de obrigar a vítima a adotar condutas que não queira, constrangendo-a,

retirando-lhe a liberdade, impedindo-a de se manifestar, fazendo-a sentir-se ameaçada, bem como fazendo-a temer por sua integridade física e por sua vida, que serão violadas caso a vítima não haja da forma desejada pelo agressor (TELES; MELO, 2002, p. 15).

Por outro lado, segundo Scott (1995, p. 72) a palavra gênero foi utilizada pela primeira vez pelas feministas americanas, que buscavam ressaltar o caráter social da diferenciação baseada no sexo, a rejeição à utilização das palavras “sexo” e “diferença sexual” com base no determinismo biológico, bem como as definições normativas de feminilidade contidas no termo “gênero”. Outras, utilizavam-se do termo para um estudo relacional sobre os homens e as mulheres, pois entendiam pela impossibilidade de um estudo isolado sobre cada sexo.

A maior parte das historiadoras utilizaram-se de uma abordagem descritiva, a fim de se obter uma teorização de gênero. Essa abordagem dizia respeito a fenômenos e realidades não interpretados, explicados ou motivados. Já a segunda abordagem era causal, ou seja, buscava-se entender e conferir causalidade aos fenômenos e realidades (SCOTT, 1995, p. 74-75).

Em meados dos anos 1980, a palavra “gênero” passou a ser utilizada como se fosse sinônimo da palavra “mulher” e, pouco a pouco, a palavra mulher foi dando lugar à palavra gênero nos títulos de livros e artigos produzidos pelas pesquisadoras da época. Essa utilização da palavra gênero em substituição à palavra mulher se deu ante ao sentido mais objetivo que possui o termo. Ademais, o termo também passou a ser empregado a fim de deixar nítido que o estudo sobre as mulheres implica também no estudo sobre os homens (SCOTT, 1995, p. 75).

De acordo com Scott (1995, p. 75):

[...] o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior.

Scott (1995, p. 86) ainda divide sua conceituação de gênero em duas premissas, quais sejam: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais

baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Conforme Scott (1995, p. 86-88), em sua primeira premissa, o gênero acarreta em quatro elementos que relacionam-se entre si. O primeiro representa-se pelos símbolos e mitos reconhecidos na cultura como representativos da mulher, como por exemplo, as imagens de Eva e Maria. O segundo, por sua vez, reflete o significado restrito dado para estes símbolos, definindo de maneira categórica o que é homem e o que é mulher, limitando o masculino e o feminino e impossibilitando interpretações diversas. O terceiro retrata a necessidade de desmistificar o que leva a essa permanência da visão binária de gênero. E, por fim, o quarto aspecto representa a identidade subjetiva de gênero, que reflete na necessidade de uma análise acerca do modo pelo qual as identidades são construídas.

Ainda, Scott (1995, p. 89), em sua segunda premissa, trata o gênero como um campo onde articula-se poder e permite-se que sejam compreendidas as relações sociais de poder entre os sexos.

De acordo com Teles e Melo (2002, p. 17) gênero não se confunde com sexo, isso porque gênero constitui-se pelas dissemelhanças socioculturais entre homem e mulher, representadas por desigualdades que, nas variadas esferas da vida, colocam o homem como hierarquicamente superior à mulher.

Nas palavras de Saffioti (2004, p. 71):

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência.

Realizada essa conceituação dos termos “violência” e “gênero”, passa-se a tratar do assunto central deste tópico, qual seja, a violência de gênero praticada contra a mulher.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, promulgada pelo Decreto Lei nº 1.973/1996, em seu artigo 1<sup>o</sup>,

---

<sup>1</sup> “Artigo 1 Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 1996).

preconiza que a violência contra a mulher configura-se como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 1996).

De acordo com Saffioti (2004, p. 69), a violência de gênero, dentre as categorias de violência, é a mais geral. Essa categoria de violência pode ocorrer entre os homens, as mulheres, bem como entre homem contra mulher, sendo essa última a mais recorrente. A violência de gênero compreende a violência doméstica e a violência intrafamiliar. A violência intrafamiliar é aquela que pode ocorrer tanto dentro da residência da família quanto fora dela, envolvendo pessoas da família conjugal ou extensa, considerando-se os laços de afinidade ou consanguinidade. Já a violência doméstica, inclui pessoas que não pertencem à família, mas frequentam a residência do agressor (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

A violência de gênero alcança todas as classes sociais e não escolhe raça, religião, idade ou qualquer outra característica da vítima, contudo, recai, na maior parte das vezes, sobre as mulheres. Ademais, não é um fenômeno cuja ocorrência é facilmente identificada já que ocorre, quase a totalidade das vezes, no âmbito privado e é tida como algo natural frente aos vínculos corrompidos pela hierarquia de gênero (HASSE, 2016, p. 33).

De acordo com Teles (2010, p. 5), as mulheres são as principais vítimas de violência de gênero e, há muito tempo, sofrem com o tratamento desigual e preconceituoso advindo da sociedade. Segundo Viegas e Francisco (2019, p. 2), a violência de gênero pode ser definida como a prática de ações violentas em virtude de gênero e, ainda, considerando que a mulher é a maior vítima da violência de gênero, pode ela ser vista praticamente como sinônimo de violência contra mulher. Por sua vez, a violência contra a mulher é aquela perpetrada contra alguém do sexo feminino, em razão, exclusivamente, da sua condição de mulher (TELES; MELO, 2002, p. 19).

Nesse sentido, consoante Teles e Melo (2002, p. 18):

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo



da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.

A violência contra a mulher, em todas as suas formas, surge no modelo patriarcal<sup>2</sup> como um mecanismo de poder e controle dos homens para com as mulheres, encontrando uma legitimação ideológica para tais atitudes (CANTERA, 2007, p. 28). Trata-se de um fenômeno que está consolidado na sociedade e passa por um processo de naturalização, onde aparenta-se normal, visando tornar o fato oculto (AZEREDO; CARLOS; WENDT, 2016, p. 4).

Durante muito tempo, aquilo que ocorria na vida de um casal dentro do lar, ou seja, aquilo que se referia à relação do casal, não era socialmente relevante, o que tornava a violência doméstica um fato oculto. Contudo, ao passar dos anos, as mulheres que eram vítimas de violência por parte de seus companheiros passaram a tornar essa realidade conhecida pela sociedade e, foi a partir desse momento, que a violência de gênero contra a mulher tornou-se um problema social para o qual precisa-se encontrar uma solução (CANTERA, 2007, p. 8-9).

Nesse cenário, foi a partir do surgimento dos movimentos feministas no Brasil, há cerca de 50 anos, que a violência doméstica e familiar contra a mulher deixou de ser um fenômeno oculto, cujos acontecimentos eram conhecidos apenas dentro dos lares e passou a ser uma realidade conhecida pela sociedade (ANDRADE, 2003, p. 112; TELES, 2010, p. 5).

A violência contra a mulher transcende o lar onde ela ocorre, causando danos em toda a sociedade já que, aqueles que presenciam atos de violência ainda tão jovens, crescem em um meio no qual aprendem, de forma natural, a utilizar-se de tais condutas, perpetuando o modelo patriarcal que domina a sociedade brasileira (VIEGAS; FRANCISCO, 2019, p. 2).

Dentre as discriminações em virtude de condições de sexo e gênero, a violência tem sido uma das mais preocupantes, isso porque ao serem vítimas de violência de gênero, as mulheres são vítimas de violação aos direitos humanos.

---

<sup>2</sup> “O patriarcado consiste em um modelo de organização sócio-cultural no qual o domínio dos homens estrutura a totalidade das relações sociais que se estendem desde a família e a tribo até a comunidade, a sociedade e o Estado e no qual a perspectiva de gênero domina o modo de perceber, de construir e de administrar a realidade social e determina uma precisa divisão de papéis “masculinos” e “femininos” (CANTERA, 2007, p. 23).

Nesse contexto, tem-se que a liberdade da mulher é violada e ela passa a ser privada de seu livre arbítrio (TELES; MELO, 2002, p. 23).

Atualmente, pela lei, o homem não mais detém poder sobre a vida de sua esposa ou companheira e de seus filhos, como era na Roma Antiga. Todavia, os homens permanecem matando suas esposas ou companheiras e, quando vão a julgamento em razão do crime que cometeram, a mulher passa a ser a culpada pelo que ocorreu, e a sociedade, influenciada pelo sexismo<sup>3</sup>, começa a levantar possíveis motivações que a vítima tenha dado para que o homem a violentasse, pondo em dúvida, inclusive, o caráter da mulher. Neste cenário, tem-se que inúmeras vezes, o agressor acaba sendo absolvido (SAFFIOTI, 2004, p. 46).

## 2.2 LEI MARIA DA PENHA E SUA APLICABILIDADE

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é fruto de uma condenação internacional que o Brasil sofreu no ano de 2001, por omissão e negligência, diante de casos de violência doméstica que ocorriam no País. Nessa condenação, o Relatório n. 54 da Organização dos Estados Americanos (OEA), recomendou que o Estado brasileiro adotasse medidas de combate à violência doméstica (DIAS, 2010, p. 16).

Essa condenação é oriunda de uma denúncia formulada pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) e pelo Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e enviada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), diante da repercussão gerada pelo caso da brasileira Maria da Penha Maia Fernandes que, no ano de 1983, foi vítima de duas tentativas de homicídio pelo marido. Na primeira tentativa, Maria da Penha levou um tiro enquanto dormia e, como resultado, ficou paraplégica. Na segunda tentativa, seu marido buscou eletrocutá-la enquanto tomava banho (FREITAS, 2007, p. 1).

---

<sup>3</sup> “Em síntese, para as teorias feministas, o sexismo pode ser entendido como um resquício da cultura patriarcal, isto é, como um instrumento utilizado pelo homem para garantir as diferenças de gênero, que se legitima através das atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do curso do desenvolvimento, apoiadas por instrumentos legais, médicos e sociais que as normatizam” (FERREIRA, 2004, p. 120).

O caso da farmacêutica Maria da Penha levou à condenação do Brasil, ante a demora em decidir-se, definitivamente, o processo que julgava as tentativas de homicídio. Isso porque, embora o fato tenha ocorrido em 1983, o processo encerrou-se em 2002, em decorrência da intervenção da Comissão Interamericana (FREITAS, 2007, p. 1).

De acordo com Freitas (2007, p. 2):

A preocupação altruística do legislador, no novel diploma, cinge-se a reservar a saúde física e mental e o aperfeiçoamento moral, intelectual e social da mulher contra a agressão masculina. Até porque pelas estatísticas, dentre as hipóteses de agressão no seio da família, a violência doméstica preponderante é aquela praticada pelo homem contra a mulher.

A Lei Maria da Penha visa coibir e prevenir a prática de violência doméstica contra a mulher, pautando-se na previsão constitucional do artigo 226, § 8<sup>o</sup>. A lei é aplicável a todas as mulheres, sem discriminação em razão de raça, etnia, classe social, cultura, formação educacional, idade, religião e orientação sexual, partindo-se do pressuposto de que a todas as mulheres são garantidos os direitos fundamentais da pessoa humana. O objetivo da lei é garantir às mulheres uma vida sem violência, de modo a impedir prejuízos em sua saúde física e mental (BRASIL, 2006).

A Lei nº 11.340/2006 trouxe o conceito de violência doméstica e delimitou o âmbito de sua abrangência, permitindo-se que se saiba quando a lei é aplicável, o que se extrai do seu artigo 5º e incisos:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

---

<sup>4</sup> “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988).

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006).

Verifica-se que os dois primeiros incisos do artigo 5º reprimem a prática da violência doméstica e familiar, trazendo a residência da família como um lugar no qual a mulher precisa de proteção. Ainda, inclui-se como possíveis vítimas de violência domésticas, aqueles eventualmente agregados na residência da família. Ademais, a Lei propõe uma ampla abrangência do termo família, nela incluindo aqueles que possuem vínculos naturais, de afinidade ou, ainda, aqueles unidos por opção própria. Por fim, o terceiro inciso estende a proteção para a violência ocorrida fora do espaço doméstico, quando praticada por alguém que, ainda que não tenha residido com a vítima, possua ou tenha possuído com ela uma relação íntima de afeto, ainda que a relação tenha sido momentânea. Conclui-se que, a aplicação da Lei nos presentes casos, independe de orientação sexual, conforme extrai-se do parágrafo único do referido artigo (SIMIONI; CRUZ, 2011, p. 188-190).

Ademais, a Lei Maria da Penha elenca as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, trazendo como formas de violência, em seu artigo 7º e incisos, a física, psicológica, sexual, patrimonial e moral:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou

recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

A violência física é considerada a forma de violência de mais fácil detecção e comprovação, uma vez que, em grande parte das vezes, produz resultados visíveis, embora esses resultados não sejam requisitos para a sua configuração. Essa forma de violência configura-se pelo uso da força física com o objetivo de ofender a integridade física ou a saúde da vítima, ainda que sem causar lesões. Ademais, considera-se grande a possibilidade de a vítima de violência física também ter sofrido outras formas de violência (FEIX, 2011, p. 204).

A violência psicológica também pressupõe a presença das outras formas de violência e configura-se mediante atos que obstam a mulher de decidir livremente sobre que atitudes tomar em sua vida, ou seja, é uma supressão da liberdade da mulher, que fica impedida de exercer suas vontades próprias. Essa forma de violência parte da visão social de que as mulheres não possuem capacidade de fazer suas próprias escolhas e de construir suas identidades de forma autônoma (FEIX, 2011, p. 205).

A violência sexual configura-se pela prática de atos que atentem contra a liberdade sexual e reprodutiva da mulher, bem como representa uma supressão do direito que a mulher possui de decidir se deseja ou não manter aquela relação sexual. Tal violência costuma ocorrer em razão da cultura implementada na sociedade de que a mulher não pode desistir de uma relação sexual após ter concordado com ela algum dia, bem como de que as mulheres estão destinadas a tornarem-se mães, impondo-se à mulher a maternidade. Ademais, por vezes, a prática dessa violência é justificada em razão da vítima não ser uma mulher virgem, fiel e recatada, motivo pelo qual poderia ser tratada com violência e desrespeito (FEIX, 2011, p. 206-207).

A violência patrimonial configura-se pela prática de atos que atentem contra os direitos patrimoniais e econômicos das mulheres, ou seja, contra a sua autonomia financeira. Esses atos podem constituir em subtrair, reter ou, até mesmo, deteriorar os bens de propriedade da mulher, a fim de que ela se sinta vulnerável,

subordinada ao agressor e incapaz de prover sozinha o próprio sustento (FEIX, 2011, p. 207-208).

Por fim, a violência moral configura-se pelo uso de palavras que constituam um dos crimes contra a honra previstos no Código Penal, sendo eles: calúnia, difamação e injúria e, pressupõe, ofensa à imagem ou reputação da vítima perante a sociedade em que vive. O objetivo da prática dessa forma de violência é afetar a autoestima da mulher denegrindo sua imagem, ridicularizando-a e inferiorizando-a. Essa forma de violência tem sido praticada com maior facilidade nos dias atuais em razão do fácil acesso à *internet* (FEIX, 2011, p. 210).

O artigo 7º da Lei Maria da Penha não exaure todas as formas de violência, prevendo expressamente a possibilidade de considerar-se violência doméstica e familiar contra a mulher outras formas além daquelas já elencadas, constituindo-se como um rol exemplificativo (FEIX, 2011, p. 203). Ademais, a violência doméstica e familiar, em qualquer uma de suas formas, consiste em um modo de violação aos direitos humanos (BRASIL, 2006).

Dentre as mudanças implementadas pela Lei Maria da Penha no Direito Penal e Processual Penal quando da sua publicação, tem-se que as principais foram: a alteração na redação do § 9º do artigo 129 do Código Penal, passando a prever uma pena de 3 meses a 3 anos, para os casos em que a lesão é praticada no âmbito da violência doméstica (art. 44, da Lei nº 11.340/06); a inclusão da alínea “f”, ao inciso II, do artigo 61 do Código Penal, criando uma circunstância agravante (art. 43, da Lei nº 11.340/06); possibilidade de decretação da prisão preventiva do agressor em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal (art. 20, da Lei nº 11.340/06); inclusão do parágrafo único do artigo 152 da Lei nº 7.210/1984 possibilitando que seja determinado ao apenado o comparecimento obrigatório em programas de recuperação e reeducação (art. 45, da Lei nº 11.340/06); vedação da aplicação da Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95) aos casos de violência doméstica (art. 41, da Lei nº 11.340/06); criação de medidas protetivas de urgência em face do agressor e em favor da vítima (arts. 22 e 23, da Lei nº 11.340/06); possibilidade de criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com competência cível e criminal (art. 14, da Lei nº 11.340/06) (FREITAS, 2007, p. 3).

A Lei Maria da Penha prevê, em seu artigo 8º, *caput* e inciso I<sup>5</sup>, que a busca pela coibição da violência contra a mulher envolverá uma série de ações advindas dos entes federativos que, por sua vez, deverão atuar conjuntamente para atingir os fins da política pública implementada. Essa atuação envolverá um conjunto de operações do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública integradas à diversas áreas. Ainda, em seu artigo 29<sup>6</sup>, a Lei Maria da Penha assegurou o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar ao atendimento por equipe multidisciplinar (BRASIL, 2006).

Ademais, a Lei nº 13.505, publicada em 8 de novembro de 2017, incluiu o artigo 10-A<sup>7</sup> na Lei Maria da Penha, conferindo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar o direito a um atendimento policial e pericial diferenciado, a ser prestado de forma ininterrupta e, preferencialmente, por mulheres. Ainda, garante que a inquirição da vítima seja feita primando por sua integridade física e psicológica, sem promover sua revitimização e mantendo-a afastada do investigado e de pessoas ligadas a ele. A inquirição será feita em local adequado para essa finalidade e que atenda às necessidades de mulheres de todas as faixas etárias,

---

<sup>5</sup> “Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação; [...]” (BRASIL, 2006).

<sup>6</sup> “Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde” (BRASIL, 2006).

<sup>7</sup> “Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. § 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes: I - salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar; II - garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas; III - não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada. § 2º Na inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de delitos de que trata esta Lei, adotar-se-á, preferencialmente, o seguinte procedimento: I - a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, o qual conterá os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida; II - quando for o caso, a inquirição será intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial; III - o depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a gravação e a mídia integrar o inquérito” (BRASIL, 2017c).

bem como que contenha os equipamentos necessários ao registro por meio eletrônico, para posterior degravação. Por fim, caso necessário, poderá haver a intermediação de profissional especialista em violência doméstica e familiar (BRASIL, 2017c).

De acordo com Cambi e Denora (2017, p. 7):

A Lei Maria da Penha procurou promover a igualdade constitucional em relação a gêneros para desfazer a visão idealista entre a realidade dos fatos e a lei. A lei não pode presumir uma igualdade sem existência real, criando consequências imprevistas e involuntárias quanto à situação das mulheres. Analisar o direito, na perspectiva feminista, é importante para se diagnosticar as áreas e os problemas a serem enfrentados, para suprimir os vazios jurídicos e buscar dar efetividade aos direitos humanos fundamentais das mulheres.

A Lei nº 11.340/2006 representa uma discriminação benéfica no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que reconhece que na sociedade há uma aceitação da condição do homem como hierarquicamente superior à mulher, sendo esse fato tratado como algo natural, tanto na esfera pública das relações quanto na esfera privada. Portanto, a Lei Maria da Penha surgiu como consequência do reconhecimento, pelo Estado, desse tratamento discriminatório, visando garantir à mulher uma igualdade real em suas relações no ambiente doméstico e familiar, mediante a adoção de políticas públicas (CAMBI; DENORA, 2017, p. 7).

A Lei Maria da Penha trata da violência doméstica não como uma violência de sexo, mas sim como uma violência de gênero, o que significa dizer que a proteção por ela garantida não se aplica apenas para as mulheres agredidas por homens, mas também para aquelas que são agredidas por suas companheiras (CAMBI; DENORA, 2017, p. 8-9).

Verifica-se que a Lei Maria da Penha sobreveio ao ordenamento jurídico brasileiro a fim de buscar o fim da violência doméstica e familiar, oriunda da desigualdade de gênero, que assola a sociedade brasileira. Referido Diploma Legal prevê uma série de mecanismos que visam garantir proteção à mulher vítima de violência doméstica e tem uma ampla aplicabilidade.



## 2.3 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

As medidas protetivas de urgência foram criadas com a finalidade de amparar a mulher vítima de violência doméstica, resguardando sua integridade pessoal. Essa proteção é passível de ser estendida aos filhos, quando necessário (FREITAS, 2007, p. 8). O intuito é garantir essa proteção à mulher de forma célere, facilitando-se o acesso. Essas medidas podem ser deferidas a pedido da ofendida ou a requerimento do Ministério Público e dividem-se em dois grupos: aquelas que impõe uma obrigação ao agressor e aquelas que resguardam a vítima (CAMPOS, 2017, p. 13).

A Lei Maria da Penha conferiu ao Juízo a competência de deferir as medidas protetivas de urgência após uma análise pormenorizada do contexto fático em que se deu a violência. Essa análise deve ser feita com cautela, considerando-se as consequências danosas que podem advir do deferimento ou indeferimento das medidas protetivas de urgência (FREITAS, 2007, p. 8).

Caberá a autoridade policial reduzir a termo o pedido de medidas protetivas de urgência feito pela ofendida e remetê-lo em até 48 horas, em autos apartados, para o Juízo competente para a concessão (BARBOSA; FOSCARINI, 2011, p. 257-258). Nesse viés, o artigo 18<sup>8</sup> da Lei nº 11.340/2006 prevê que o Juízo decidirá acerca do pedido de medidas protetivas de urgência no prazo máximo de 48 horas, bem como encaminhará a vítima à assistência judiciária e cientificará o Ministério Público (BRASIL, 2006), refletindo-se uma preocupação com a efetividade das medidas.

Constatando-se que houve ou que está na iminência de ocorrer o descumprimento de medida protetiva de urgência, caberá à autoridade policial adotar as medidas legais pertinentes, tão logo esteja ciente do ocorrido (BRASIL, 2006). Segundo Freitas (2007, p. 9), a polícia judiciária detém um papel significativo

---

<sup>8</sup> “Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas: I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência; II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso; III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis” (BRASIL, 2006).

no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, uma vez que são os primeiros a tomarem conhecimento do ocorrido, motivo pelo qual são os responsáveis em informar às vítimas quanto aos direitos a elas assegurados pela Lei Maria da Penha.

Para a análise do pedido de medidas protetivas de urgência deve-se valorar a palavra da vítima já que, na maior parte das vezes, a violência doméstica ocorre dentro do lar, não deixando testemunhas e vestígios aparentes. A valoração da palavra da mulher deve ser feita afastando-se estereótipos e discriminações (LAVIGNE; PERLINGEIRO, 2011, p. 297). Em razão disso, não se pode exigir prova concreta da ocorrência da violência doméstica e familiar para que sejam deferidas as medidas protetivas de urgência, já que exigir-se a dilação probatória iria de encontro ao caráter urgente de tais medidas (CAMPOS, 2017, p. 14).

Ao Ministério Público cabe a atuação no sentido de garantir a aplicação da Lei Maria da Penha e o cumprimento das medidas protetivas de urgência. Ademais, poderá assumir o *onus probandi* que é inicialmente conferido à vítima (LAVIGNE; PERLINGEIRO, 2011, p. 298). Além disso, o Ministério Público poderá requerer as medidas protetivas no lugar da vítima, bem como postular pela renovação ou revisão das medidas já deferidas (BRASIL, 2006).

As medidas protetivas de urgência podem ser utilizadas independentemente de boletim de ocorrência ou de representação criminal, isso porque, busca-se respeitar a vontade da mulher, que não pode ser compelida a denunciar o agressor para que faça jus a elas (CAMBI; DENORA, 2017, p. 12).

Ademais, podem possuir um caráter satisfativo, já que tem como objetivo proteger a mulher vítima da violência doméstica e familiar, buscando-se o fim da conduta criminosa, bem como evitar-se a sua reiteração ou perpetuação sem, contudo, constituir-se como uma prévia de uma ação penal futura. Nesse viés, tem-se que as medidas protetivas não perdem seus efeitos caso a vítima não ajuíze, no prazo de 30 dias, a ação principal. Além disso, a eficácia se estende enquanto a vítima estiver com a segurança em risco (CAMBI; DENORA, 2017, p.13).

As medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor visam evitar condutas normalmente praticadas pelos agressores para evitar que as vítimas busquem proteção legal contra a violência que estão sofrendo, mantendo-as

caladas. Dessa forma, elas buscam assegurar que o agressor não adote condutas voltadas a garantir a perpetuação da violência, servindo de instrumento para a proteção da mulher e de sua família, bem como para garantir o resultado útil do processo criminal que apura o fato. O rol dessas medidas está previsto no artigo 22 da Lei Maria da Penha e é exemplificativo (BELLOQUE, 2011, p. 308):

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

- I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
- II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
  - a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
  - b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
  - c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

[...] (BRASIL, 2006).

Ademais, a Lei nº 13.827/2019, incluiu na Lei Maria da Penha o artigo 12-C<sup>9</sup>, que trata da possibilidade do agressor ser afastado de forma imediata do local em que convive com a vítima, caso verificado que representa perigo atual e iminente à vida ou integridade física dela. Essa decisão caberá à autoridade judicial, exceto nos casos de municípios que não sejam sedes de Comarca, hipótese em que a

---

<sup>9</sup> “Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: I - pela autoridade judicial; II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. § 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do **caput** deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente. § 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso” (BRASIL, 2019).

decisão competirá ao delegado de polícia, ou então, ao policial, se o delegado não estiver disponível no momento da denúncia (BRASIL, 2019).

As medidas protetivas que obrigam o agressor podem ser aplicadas cumulativamente, sempre que o Juízo entender necessário a adoção de mais de uma delas, devendo sempre motivar a necessidade das medidas aplicadas. Além disso, elas só poderão surtir efeitos enquanto durar a persecução criminal, ou seja, encerrado o processo criminal elas não poderão ser utilizadas como forma de punição acessória à pena, bem como não surtirão efeitos em caso de arquivamento do inquérito policial ou de retratação da vítima (BELLOQUE, 2011, p. 308-310).

Nesse viés, existem ainda as medidas protetivas de urgência à ofendida que estão previstas nos artigos 23 e 24 da Lei Maria da Penha e que, assim como as medidas protetivas que obrigam ao agressor, visam garantir a segurança da mulher que foi vítima de violência doméstica. Esse rol também não é taxativo e, de igual forma, podem ser aplicadas de maneira cumulativa, desde que em decisão motivada (HEERDT, 2011, p. 315-317):

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:  
I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;  
II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;  
III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;  
IV - determinar a separação de corpos. (BRASIL, 2006).

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:  
I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;  
II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;  
III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;  
IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.  
[...] (BRASIL, 2006).

Aquele que descumpre as medidas protetivas de urgência contra ele fixadas incorre no crime previsto no artigo 24-A<sup>10</sup> da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). O crime em questão é doloso e sua prática se dá quando o autor, ciente da decisão que deferiu as medidas protetivas, as descumpre, seja de forma comissiva ou omissiva. Dessa forma, não haverá crime quando, embora tenham sido deferidas as medidas protetivas, o autor ainda não esteja ciente da decisão (LEITÃO JÚNIOR; SILVA, 2018).

A criminalização do descumprimento das medidas protetivas de urgência foi promovida pela Lei nº 13.641, publicada em 03 de abril de 2018. A pena para quem incorre nesse crime é de três meses a dois anos de detenção e, no caso de prisão em flagrante, somente a autoridade judicial possui competência para conceder a fiança. Ademais, aquele que responde por esse crime não está isento de outras sanções cabíveis (BRASIL, 2018a).

Ainda, ressaltando-se a preocupação com o cumprimento das medidas protetivas de urgência, a Lei nº 13.771, publicada em 19 de dezembro de 2018, promoveu a inclusão do inciso IV no § 7º, do artigo 121<sup>11</sup> do Código Penal, prevendo o aumento de um terço até a metade da pena do crime de feminicídio, quando este é praticado em descumprimento das medidas protetivas previstas nos incisos I a III do artigo 22 da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2018b).

Conclui-se, por fim, que as medidas protetivas de urgência representam uma grande inovação trazida ao ordenamento jurídico brasileiro pela Lei Maria da Penha e possuem o papel de garantir que os atos de violência doméstica e familiar contra a mulher não voltem a ocorrer ou se perpetuem. As medidas protetivas de urgência são instrumentos de imediata proteção e de fácil acesso às mulheres, cuja

---

<sup>10</sup> “Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos. § 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas. § 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança. § 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis” (BRASIL, 2018a).

<sup>11</sup> “Art. 121. Matar alguém: [...] § 2º Se o homicídio é cometido: [...] VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: [...] Pena - reclusão, de doze a trinta anos. [...] § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006” (BRASIL, 2018b).

eficácia depende da celeridade na análise e deferimento do pedido que, na maioria das vezes, pauta-se apenas na palavra da vítima.

### 3 PORNOGRAFIA DA VINGANÇA E SUA TIPIIFICAÇÃO NO CÓDIGO PENAL

O compartilhamento de imagens e conteúdos íntimos entre o casal com a finalidade de estimular a relação sexual é uma prática que tem se tornado cada vez mais comum, sobretudo nos relacionamentos mantidos pelos jovens (TEFFÉ, 2018, p. 11). Essa prática é denominada de *sexting* e equivale à troca de fotos e vídeos de caráter sexual, contendo nudismo ou seminudismo, utilizando-se de celulares e/ou computadores (WANZINACK; SCREMIN, 2014, p. 22).

Contudo, essa troca consensual de imagens íntimas entre os casais pode vir a se tornar uma violação à intimidade e à imagem da pessoa fotografada, já que a divulgação não autorizada desse tipo de conteúdo na *internet* tem se tornado cada vez mais recorrente (TEFFÉ, 2018, p. 11).

Essa divulgação não consentida de fotos e/ou vídeos que contenham cenas de sexo ou de nudez, quando realizada por alguém que mantém ou mantinha um relacionamento com a pessoa retratada, com a finalidade de vingança e humilhação, é denominada pornografia da vingança ou *revenge porn* (TEFFÉ, 2018, p. 11).

A pornografia da vingança será objeto de estudo neste capítulo, tratando-se de sua conceituação, do âmbito de ocorrência, dos casos que repercutiram no Brasil, bem como da proteção garantida pelo ordenamento jurídico brasileiro antes e depois da publicação da Lei nº 13.718 de 2018.

#### 3.1 PORNOGRAFIA DA VINGANÇA: DIVULGAÇÃO NÃO CONSENTIDA DE IMAGENS ÍNTIMAS NA *INTERNET*

Atualmente, expor a intimidade da mulher de forma consciente e proposital tem se tornado algo recorrente. Essa exposição não consentida pode ocorrer como uma forma de retaliação pelo rompimento do relacionamento ou pela existência de um relacionamento extraconjugal, bem como para obter vantagem econômica indevida, ou, ainda, com o simples objetivo de humilhar a mulher publicamente (SILVA; PINHEIRO, 2019, p. 2).

A pornografia da vingança ou o *revenge porn* consiste na divulgação não consentida de imagens e conteúdos íntimos de uma pessoa, principalmente na *internet*, com a finalidade de expor a intimidade da vítima através de sua imediata disseminação, causando, dessa forma, consequências nefastas na vida privada da pessoa exposta. Esse conteúdo privado é divulgado a terceiros por parceiros ou ex-parceiros da vítima, algumas vezes acompanhado de informações pessoais (BUZZI, 2015, p. 29-30).

A prática do *sexting* entre os casais tem sido um facilitador para a ocorrência da pornografia da vingança, sendo um dos motivos pelo qual tal conduta tem se tornado algo cada vez mais frequente. A expressão formada pelas palavras *sex* que significa “sexo” e *texting* que significa “envio de mensagens de texto”, conduta que se traduz na prática de “sexo por mensagens”, é algo que ocorre frequentemente entre aqueles que aderiram ao uso dos *smartphones*, bem como de outros aparelhos eletrônicos que permitem o compartilhamento de imagens íntimas (CRESPO, 2015).

A peculiaridade da pornografia da vingança encontra-se no fato de que as imagens íntimas divulgadas foram obtidas em razão da confiança depositada pela pessoa retratada ao enviá-las ou ao permitir o registro por aquele que as divulgou (TEFFÉ, 2018, p. 11). Nada obstante, muito embora a confiança havida quando da captação das imagens, elas acabam sendo disseminadas com o intuito de promover uma vingança, seja porque a vítima rompeu o relacionamento, seja porque houve traição ou até mesmo por mera vontade de divulgar a relação sexual do casal (FARIA; ARAÚJO; JORGE, 2015, p. 667).

As mulheres representam a maioria esmagadora das vítimas de pornografia da vingança. Isso ocorre como uma forma de expor a sexualidade feminina, gerando consequências extremamente graves, uma vez que a sociedade, ainda nos dias atuais, exige das mulheres um padrão impecável de condutas. Em razão disso, a pornografia da vingança deve ser vista e tratada como uma forma de violência de gênero (SILVA; PINHEIRO, 2017, p. 244).

De acordo com Silva e Pinheiro (2017, p. 247):



Diante da ocorrência dessa modalidade criminosa, observa-se que as consequências vivenciadas pela exposição pejorativa em ambiente virtual comprometem a integridade física e mental da mulher, possuindo clara configuração de violência intrafamiliar de gênero, sendo o comportamento do agressor deliberado e consciente.

Conforme Buzzi (2015, p. 43) a pornografia da vingança é utilizada, enquanto violência de gênero, para legitimar o poder do homem sobre a mulher. Isso porque, tal prática é empregada como uma forma de punir a mulher que busca libertar-se de seu companheiro, deixando claro a ela e à sociedade que o homem é quem detém o domínio sobre o corpo da mulher, podendo escolher usufruir dele para o seu prazer ou, até mesmo, podendo colocá-lo a disposição dos olhares de outros homens. Para Artenira da Silva e Silva e Rossana Barros Pinheiro (2017, p. 248), “as peculiaridades do crime de pornografia de vingança apontam para a clara persistência das questões de gênero no inconsciente coletivo, não obstante os discursos de pluralismo, tolerância e repúdio à violência de gênero”.

Nesse cenário, Buzzi (2015, p. 29) afirma que:

No exercício do poder masculino, a mulher não possui autonomia, não possui vontades próprias, existe por subordinação. A partir do momento em que resolve tomar decisões acerca da própria vida, do seu desejo, da sua sexualidade (em geral, terminando um relacionamento), desobedece a lógica da dominação masculina, e deve ser punida por isso – tendo sua intimidade, seu corpo, sua privacidade expostas.

De acordo com o SaferNet Brasil<sup>12</sup> (2019b), no ano de 2016 foram atendidas 202 mulheres e 98 homens, que buscavam ajuda sobre violações relativas ao *sexting* e à exposição íntima. Em 2017, o número de mulheres atendidas para tratar do mesmo assunto subiu para 204 e o número de homens caiu para 85. Já em 2018, foram atendidas 404 mulheres e 229 homens, tendo como assunto a exposição de imagens íntimas. Ainda, segundo os dados, a exposição de imagens íntimas foi a principal violação que levou os brasileiros a procurarem ajuda do SaferNet Brasil no ano de 2018. Os dados demonstram o crescimento da ocorrência

---

<sup>12</sup> “A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Fundada em 20 de dezembro de 2005, com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil” (SAFERNET, 2019a).

da divulgação não consentida de imagens íntimas, sendo as mulheres as principais vítimas da conduta.

Nota-se que o machismo ainda predomina na sociedade, isso porque não são raras as vezes em que as mulheres são julgadas por questões relativas à sua vida sexual. Percebe-se que, quando imagens e conteúdos íntimos são publicados na *internet*, ainda que retratem a intimidade de um homem e de uma mulher juntos, somente a mulher é apontada, somente a mulher sofre julgamentos pela sociedade e somente a mulher sofrerá as consequências devastadoras deste ato (MOTA, 2015, p. 28-29).

A exposição de imagens íntimas com o intuito de humilhar e envergonhar mulheres e a repercussão que essas imagens assumem é refletida pela inclinação da sociedade em culpar a vítima, ante a visão sexista que assola a sociedade. Essa conduta não só se configura como uma invasão à intimidade e à sexualidade feminina, mas também acarreta na exposição da nudez e do prazer da mulher, deslocando-se do âmbito privado, onde não haviam julgamentos, para um âmbito totalmente visível e de livre acesso, submetendo-a aos julgamentos do público em geral (FARIA; ARAÚJO; JORGE, 2015, p. 671-672).

Essa exposição não consentida de imagens íntimas acarreta em inúmeras consequências nefastas na vida das vítimas que, em razão dos julgamentos que sofrem pela sociedade, acabam optando por se isolarem. Isso ocorre porque existe ainda a visão de que a exposição da sexualidade feminina é algo que desonra a mulher, ao contrário do que ocorre com os homens, onde a exposição da sexualidade é vista como algo positivo (MOTA, 2015, p. 30).

Nesse viés, sabe-se que os casos mais preocupantes de *revenge porn*, são aqueles em que a divulgação do conteúdo íntimo se dá em razão do término do relacionamento. Isso porque, além do sentimento de tristeza pelo rompimento do relacionamento, a vítima terá que lidar com a vergonha e a humilhação geradas pela exposição das imagens íntimas, que ainda virão acompanhadas de culpa ou de revolta, por pensar que a divulgação somente ocorreu porque ela rompeu o relacionamento ou deu causa ao rompimento (SILVA; PINHEIRO, 2017, p. 246).

A culpabilização da vítima de pornografia da vingança se dá mediante o julgamento de suas atitudes e de suas escolhas, questionando-se porque ela enviou

a imagem íntima ao companheiro ou porque permitiu que ele registrasse aquele momento íntimo, de modo a responsabilizá-la pelo crime do qual ela foi a vítima (SILVA; PINHEIRO, 2017, p. 248). De acordo com Buzzi (2015, p. 30), “as vítimas desta divulgação não-consensual, expostas na internet para o livre acesso de qualquer interessado, passam a ser humilhadas, intimidadas, perseguidas e assediadas, em um ciclo conhecido pela teoria feminista como *slut-shaming*<sup>13</sup>”.

A exposição de imagens íntimas na *internet* acarreta uma enorme transformação na vida social da vítima ao passo que reflete no comportamento das pessoas de sua família, daquelas que compõe seu ciclo de amizade, bem como de seus colegas de trabalho ou de estudo e, até mesmo de pessoas desconhecidas, das quais poderá ser alvo de agressões e desrespeito. Ademais, o julgamento e o assédio advindos de terceiros podem gerar na vítima uma visão negativa de si própria que, somada a outros fatores negativos gerados pela exposição, podem acarretar em problemas psicológicos (SOUSA, 2017, p. 56-57).

As vítimas de pornografia da vingança sofrem, durante toda a vida, com as repercussões negativas geradas por este crime. Isso ocorre em razão da grande dificuldade de remoção de todo o conteúdo íntimo lançado na rede, uma vez que a propagação ocorre em uma velocidade desmedida, alcançando um número altíssimo de internautas, de modo há impossibilitar que se saiba quantas pessoas estão armazenando o conteúdo divulgado (OLIVEIRA; PAULINO, 2016, p. 54).

Nesse sentido, a pornografia da vingança representa-se como uma temática que precisa de atenção, isso porque, atualmente, a quantidade de pessoas que tem sua intimidade exposta na *internet* tem aumentado consideravelmente. Ademais, a importância da temática também resulta dos danos que a exposição não consentida acarreta na vida das vítimas, tais como humilhações, perda do emprego, abusos representados por propostas para manter relações sexuais por dinheiro, dentre outros (RODRÍGUEZ, 2018, p. 43).

---

<sup>13</sup> “Slut Shaming (sem tradução para o português) que se caracteriza pela culpabilização da mulher, na qual há a intenção de fazê-la sentir-se inferior devido à (qualquer) prática de comportamento sexual dissonante dos princípios e expectativas do patriarcado” (SCHOLZ, 2016, p. 37).

### 3.2 CASOS DE PORNOGRAFIA DA VINGANÇA NO BRASIL

Uma vez conceituado o fenômeno da pornografia da vingança, convém tratar dos casos de mulheres que foram vítimas desse crime e que viraram notícia no Brasil, a fim de que se possa auferir o quão danosa é essa prática. Dentre os casos mais divulgados, destacam-se o de Rose Leonel, Francielle dos Santos Pires e Thamiris Natalie Mayumi Sato.

Rose Leonel foi vítima de pornografia da vingança aos 41 anos de idade. Na época, era apresentadora de um programa televisivo e colunista social em Maringá, cidade do Paraná. Rose manteve um relacionamento com Eduardo Gonçalves Dias por quatro anos e, quando resolveu romper o noivado, teve sua vida totalmente modificada. O relacionamento terminou em outubro de 2005 e em janeiro de 2006 Eduardo enviou por *e-mail*, a mais de 15 mil pessoas, imagens nas quais Rose aparecia nua. Dentre os destinatários haviam colegas de trabalho, familiares e pessoas conhecidas da cidade de Maringá. O primeiro *e-mail* enviado por Eduardo foi intitulado como “Apresentando a colunista social Rose Leonel – Capítulo 1” (BUZZI, 2015, p. 46).

Esse ataque à Rose Leonel durou aproximadamente três anos e meio. Foram sequências de *e-mails* enviados a milhares de pessoas e, a cada *e-mail*, era um novo capítulo contendo não só fotos reais de Rose, mas também montagens nas quais o rosto de Rose era colocado em uma imagem oriunda de *sites* pornográficos. Nos *e-mails*, as imagens íntimas vinham em *slides* e acompanhavam dados pessoais da vítima, incluindo o telefone de seu local de trabalho e do seu filho mais velho, e a apresentavam como garota de programa (BUZZI, 2015, p. 47).

Rose afirmou ao Jornal Folha de São Paulo que, além dos *e-mails*, seu ex-noivo gravou as imagens em diversos CD's e os entregou em condomínios residenciais e estabelecimentos comerciais de Maringá/PR, bem como postou as imagens em *blogs* pornográficos do Brasil e do exterior, incluindo países como Holanda, Portugal, Alemanha e Estado Unidos (NOMURA, 2017). Ainda, em entrevista ao Delas - iG, Rose Leonel contou que após o término do relacionamento recebeu ameaças de seu ex-noivo, no sentido de que iria acabar com a sua vida caso não reatasse o relacionamento. Segundo Rose, o relacionamento do casal era

saudável e as fotos tinham sido feitas após muita insistência de seu parceiro (GARCIA, 2014).

De acordo com Rose, as consequências do crime do qual foi vítima vieram logo em seguida, sendo demitida do local em que trabalhava e tendo que mandar seu filho para morar com o pai no exterior (GARCIA, 2014). Ao Jornal Folha de São Paulo, Rose contou que sua filha, na época com 7 anos de idade, ficou com ela, pois o pai já era falecido, mas que sua filha sofreu muito por isso, já que na escola era discriminada em razão do que tinha acontecido com a mãe. De acordo com Rose, as mães das meninas que estudavam com sua filha chegavam a proibir suas filhas de brincarem com a criança em razão do que havia acontecido com a mãe. Por esse motivo que, para Rose, a dor maior que sofreu foi o reflexo da exposição da sua intimidade na vida dos seus filhos (NOMURA, 2017).

Durante entrevista ao Delas - iG, Rose ainda afirmou:

Sofri um assassinato moral e psicológico, perdi tudo. Vi a vida dos meus filhos desabando. Meus telefones não paravam de tocar. A cada dez dias ele disparava uma leva de fotos para 15 mil e-mails da região e imprimiu centenas de panfletos para distribuir no comércio. Foi uma campanha contra mim (GARCIA, 2014).

Em entrevista dada ao G1 em agosto de 2013, aproximadamente oito anos após o ocorrido, Rose Leonel afirmou que ainda sofria recriminações advindas de homens e mulheres (JUSTI, 2013). Pode-se ver que, mesmo após tanto tempo da divulgação das imagens íntimas, Rose ainda sofre as consequências do crime do qual foi vítima.

Nada obstante o fato tenha ocorrido em 2006, apenas em 2012 Eduardo foi condenado à pena de um ano e onze meses de prisão pelo crime cometido contra Rose, bem como foi condenado ao pagamento de trinta mil reais a título de indenização. Para a vítima, essa condenação "Foi uma pena irrisória. Nenhum valor irá cobrir o dano que ele me causou. Esse é o problema da internet, não podemos dimensionar os seus estragos" (GARCIA, 2014). Rose ainda afirma que a sentença prolatada "Foi um alívio moral (...) como se eu tivesse recebido uma absolvição social. Depois da sentença, eu acho que ficou claro para a sociedade que eu era a vítima e ele [ex-noivo] era o culpado da situação" (JUSTI, 2013).

Em entrevista dada à Revista Época, Rose relatou que:

[...] O que difere a pornografia de vingança dos outros crimes é a continuidade. É como se alguém lhe desse uma facada e ficasse lá, remoendo, e a cicatriz nunca se fechasse. O crime que se viraliza traz consequências terríveis, o atentado contra a honra se perpetua ali na rede internacional de computadores. O dano é irreparável, as consequências são imensuráveis (VARELLA, 2016).

As palavras de Rose Leonel demonstram o quanto a disseminação não consentida de imagens íntimas na *internet* devasta a vida das suas vítimas, bem como dos seus familiares, bem como o quanto suas consequências negativas perduram no tempo.

Outro caso de grande repercussão no Brasil foi o de Francielle dos Santos Pires, jovem que teve sua vida devastada após ter sido vítima de divulgação não consentida de conteúdo íntimo na *internet*. Nos vídeos íntimos divulgados, Francielle é filmada enquanto mantém relações sexuais com seu ex-namorado e, em um deles, aparece fazendo um sinal de “ok” que ficou conhecido no mundo como “dedinho da Fran” (PECINI, 2015).

O crime ocorreu em 03 de outubro de 2013, após quase três anos de relacionamento. Na época, Francielle tinha 19 anos de idade e teve que parar de estudar e trabalhar, bem como evitar sair de casa em razão da repercussão alcançada pelos vídeos. Em entrevista ao G1, Francielle afirmou que se sente como se tivesse morrido em vida e que, muito embora deseje sua vida de volta, sabe que o que ocorreu será um trauma que vai perdurar por toda a sua vida (RESENDE, 2013).

Em entrevista à TV Uol, Francielle afirmou que conheceu Sérgio Henrique de Almeida através de amigos em comum e, que durante as idas e vindas do relacionamento que Sérgio mantinha com outra mulher, os dois acabaram se relacionando. Todavia, o casal passou a ter inúmeras brigas, uma vez que Francielle engravidou e acreditava que a filha era dele, enquanto ele negava a paternidade. A gravidez levou Francielle a ingressar com ação de investigação de paternidade, sendo que ficou comprovado que Sérgio não era o pai de sua filha. Apesar das brigas geradas pela ação proposta, ambos voltaram a se relacionar

cerca de cinco meses após a conclusão do processo. Foi após reatarem que ele passou a pedir para filmar as relações sexuais, com o que Francynelle acabou concordando, mesmo não gostando da ideia (PECINI, 2015).

Na época, o namorado mostrou à Francynelle que os vídeos íntimos ficavam em uma pasta compactada protegida por senha, bem como que essa pasta ficava dentro de uma outra pasta que era acessada apenas por ele. Por esse motivo, Francynelle sentiu-se mais segura e deixou de se preocupar com as gravações. Todavia, no dia em que registraram um dos vídeos divulgados, o casal teve uma discussão e Francynelle disse ao ex-namorado para não a procurar mais, bem como não respondeu suas mensagens, sendo que no dia seguinte foi surpreendida com toda a repercussão gerada pelos vídeos que seu ex-namorado divulgou (PECINI, 2015).

Após o ocorrido, Francynelle precisou mudar o visual para evitar que fosse reconhecida nas ruas e, conseqüentemente, humilhada (RESENDE, 2013). Em entrevista dada ao G1 em outubro de 2013, Francynelle afirmou:

Eu não cometi nenhum crime. Mas pessoas me ofendem virtualmente e moralmente. Muita gente me chamou de vadia, prostituta. Um homem chegou a me mandar uma mensagem falando que viria a Goiânia no final de semana e que me pagava R\$ 10 mil para sair com ele (RESENDE, 2013).

O ex-namorado de Francynelle respondeu a um processo por difamação perante o Juizado Especial Criminal de Goiânia e no dia 08 de outubro de 2014 foi condenado à pena restritiva de direito consistente em prestação de serviços à comunidade por 6 horas semanais durante o período de 5 meses (ARAÚJO, 2014).

Por fim, outro caso de pornografia da vingança que merece destaque é o de Thamiris Natalie Mayumi Sato, de 21 anos de idade, que teve suas fotos íntimas divulgadas pelo ex-namorado, de 26 anos de idade, após romper o relacionamento (TOMAZ, 2013).

Em entrevista ao G1, Thamiris contou que rompeu o relacionamento em 15 de julho de 2013, pois o casal tinha inúmeras brigas, o que havia tornado o namoro desgastante. Após o rompimento, o ex-namorado passou a ameaçá-la de que iria postar as fotos e vídeos íntimos na *internet* e, após um tempo, passou a

ameaçá-la de morte, oportunidade em que a vítima resolveu registrar um boletim de ocorrência. Em 31 de outubro de 2013, dias após o registro do boletim de ocorrência, o conteúdo íntimo foi publicado no Facebook e em *sites* de pornografia (TOMAZ, 2013).

Thamiris precisou trancar a matrícula na graduação, por medo de que fosse perseguida pelo ex-namorado na Universidade, já que ambos cursavam letras na Universidade de São Paulo (USP). Ainda, precisou trocar o número do seu celular, pois o ex ligava constantemente. Na entrevista ao G1, a vítima afirmou ainda que as pessoas mandavam mensagens falando do seu corpo e que chegou a pensar em suicídio (TOMAZ, 2013).

Sobre a reação da sociedade em face do que ocorreu com ela, Thamiris afirmou que:

Apesar de muitos me apoiarem, várias pessoas me culpam, pois eu "deveria saber" que não posso aproveitar minha intimidade da forma que desejo. Claro que para meu ex-namorado essa possibilidade existe, pois ele não é condenado nem perseguido por sua intimidade exposta. A sociedade está dividida, mas, se casos semelhantes ao meu acontecem, é porque não há um combate generalizado em favor das minorias (CARVALHO, 2013).

Diante dos relatos das vítimas de pornografia da vingança, é possível concluir que os casos costumam possuir as mesmas características, das quais destacam-se: a) a motivação do crime, ou seja, a disseminação de conteúdos íntimos captados durante o relacionamento como forma de punição pelo término; e b) o julgamento feito pela sociedade, que passa a tratar a vítima como culpada pelo crime. Veja-se, portanto, que o comportamento do agressor acaba sendo legitimado pelo discurso sexista da sociedade.

### 3.3 CRIMINALIZAÇÃO DA PORNOGRAFIA DA VINGANÇA NO CÓDIGO PENAL: ADVENTO DA LEI Nº 13.718/2018

A modernização dos meios de comunicação, em especial daqueles utilizados para envio e recebimento dos mais variados conteúdos, bem como o surgimento e expansão das redes sociais, deixaram a sociedade em alerta para a



ocorrência do crime de disseminação de conteúdos íntimos na *internet*, denominado de pornografia da vingança (KOHLRAUSCH, 2017, p. 47).

Nesse viés, até recentemente, a pornografia da vingança ainda não era objeto de lei específica que visasse coibir a sua prática, sendo que a sua criminalização só ocorreu no mês de setembro de 2018. Dessa feita, antes do advento da lei que alterou o Código Penal criando um tipo penal próprio, tal conduta era constantemente enquadrada como crime contra a honra, predominantemente como difamação e injúria (RIBEIRO; BARBOSA; COSTA, 2019, p. 4-5).

O enquadramento da pornografia da vingança como difamação (artigo 139 do Código Penal)<sup>14</sup> ocorria com mais frequência ante a maior proximidade com os elementos deste tipo penal, já que o ato de divulgação de conteúdo íntimo visando à exposição da vida sexual da mulher pode ser considerado como uma imputação ofensiva a sua honra, cuja finalidade é de manchar sua reputação perante à sociedade. Por outro lado, a pornografia da vingança era, por vezes, enquadrada como injúria (artigo 140 do Código Penal)<sup>15</sup>, o que ocorria nos casos em que a divulgação de imagens íntimas era acompanhada por xingamentos e ofensas à honra da vítima (RIBEIRO; BARBOSA; COSTA, 2019, p. 5).

Ademais, quando enquadrada em um desses crimes contra a honra, havia a incidência da majorante prevista no artigo 141, inciso III do Código Penal<sup>16</sup>, que prevê o aumento de um terço da pena para os casos em que o crime for cometido na presença de inúmeras pessoas ou com emprego de meio que permita a rápida disseminação do delito, isso porque a pornografia da vingança geralmente é praticada com o uso dos meios de comunicação visando uma ampla disseminação do conteúdo íntimo (RIBEIRO; BARBOSA; COSTA, 2019, p. 5).

Consoante Oliveira e Paulino (2016, p. 51), via de regra os crimes contra a honra são de ação penal privada, necessitando do oferecimento de queixa-crime

---

<sup>14</sup> “Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa” (BRASIL, 1940).

<sup>15</sup> “Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa” (BRASIL, 1940).

<sup>16</sup> “Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido: [...] III - na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria” (BRASIL, 1940).

pelo ofendido em face do seu ofensor para que o crime seja processado e julgado. Dessa forma, quando a pornografia da vingança era enquadrada como injúria ou difamação, a vítima exposta precisava promover a ação penal cabível. Nesse caso, cabia à vítima sopesar os danos que a propositura da ação e o andamento processual lhe causariam e os danos causados em razão da impunidade do seu ofensor e então decidir se apresentaria a queixa ou não. Veja-se que, se a vítima não apresentasse a queixa-crime, ou seja, não propusesse a ação penal, o seu ofensor não seria punido pela prática da pornografia da vingança.

De acordo com Buzzi (2015, p. 89), o Código Penal Brasileiro prevê pena de detenção de três meses a um ano para o crime de difamação, e uma pena de detenção de um a seis meses para o crime de injúria, de modo a enquadrá-los como crimes de menor potencial ofensivo, cuja competência para processar e julgar é dos Juizados Especiais Criminais, sendo admitido pelos tribunais o oferecimento de transação penal para os autores do fato.

No mesmo sentido, Moraes e Evangelista Junior (2018, p. 11):

Até então, os compartilhamentos desautorizados de tais conteúdos implicavam meros delitos contra a honra, de menor potencial ofensivo e apurados via termo circunstanciado, procedimento investigatório legal vocacionado para tais infrações e direcionados à aplicação das benesses do Juizado Especial Criminal da Lei 9.099/95.

Todavia, após o grande período sem que houvesse uma lei que tratasse de forma específica da pornografia da vingança, sobreveio ao ordenamento jurídico brasileiro, em 24 de setembro de 2018, a Lei nº 13.718 que, dentre outras alterações, promoveu a inclusão do artigo 218-C no Código Penal Brasileiro tornando crime a disseminação de cena de estupro, de estupro de vulnerável e de pornografia não consensual, que inclui a pornografia da vingança (RIBEIRO; BARBOSA; COSTA, 2019, p. 5).

De acordo com Ribeiro, Barbosa e Costa (2019, p. 6):

[...] a nova lei inseriu o dispositivo no âmbito dos crimes contra a dignidade sexual, de modo que o bem jurídico tutelado ficou mais próximo do que é requerido por uma perspectiva contemporânea acerca do desenvolvimento da sexualidade, no caso, e na maioria das vezes, feminina. Assim, a proteção se dá não sob a perspectiva moral, como poderia ocorrer anteriormente na esfera dos crimes contra a honra, mas da liberdade do

exercício de sua sexualidade, a ponto de a exposição de sua sexualidade de forma não consentida ou diversa da consentida ser considerada crime.

Consoante Moraes e Evangelista Junior (2018, p. 10-11), um dos propósitos do novo tipo penal é reprimir a prática da pornografia da vingança, que se dá pela disseminação não consentida de conteúdo íntimo da *internet* com o intuito de promover vingança ou humilhação, utilizando-se de aplicativos de *smartphones*. Os autores ressaltam que a criminalização do *revenge porn* não incluiu a prática do *sexting*, com o qual o *revenge porn* não se confunde, já que no *sexting* há uma troca consensual de conteúdo íntimos próprios durante uma conversa.

O artigo 218-C do Código Penal Brasileiro refere-se a um crime do tipo misto alternativo, ou seja, a prática de mais de uma das ações nele previstas, desde que na mesma conjuntura fática, é considerada crime único (RIBEIRO; BARBOSA; COSTA, 2019, p. 6). Referido dispositivo legal elenca nove verbos nucleares que, quando realizados, configuram o tipo penal em tela:

Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia:  
Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.  
§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação.  
[...] (BRASIL, 1940).

As ações previstas no tipo penal em apreço podem ser praticadas por qualquer meio, contudo, a prática se dá, com maior frequência, utilizando-se da informática e da rede de telecomunicações, que permitem maior comunicabilidade entre grupos de pessoas (MORAES; EVANGELISTA JUNIOR, 2018, p. 10).

A pena para o crime de divulgação de cena de estupro ou de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia, previsto no artigo 218-C, é de um a cinco anos de reclusão. Ademais, o § 1º do artigo 218-C prevê um aumento de pena de um a dois terços para os casos em que, com o intuito de promover vingança ou causar humilhação, a divulgação de fotos íntimas tenha sido praticada por alguém

que manteve ou mantenha vínculo afetivo com a vítima (BRASIL, 1940). Dessa feita, denota-se que o legislador preocupou-se em prever uma pena mais rigorosa para os casos de pornografia da vingança, quando a divulgação do conteúdo íntimo é facilitada pela confiança existente entre o autor do fato e a vítima.

Ainda, conforme Moraes e Evangelista Junior (2018, p. 11), se a conduta se enquadrar em crime mais grave, não será prejudicada a sua configuração, o que ocorre, por exemplo, nos casos de sextorsão ou estupro virtual. Ademais, referido dispositivo não se aplica aos casos em que as vítimas de divulgação de imagens íntimas são crianças ou adolescentes, pois haverá a aplicação dos artigos 241<sup>17</sup> e 241-A<sup>18</sup> do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Consoante França et al. (2019, p. 11), a inclusão do crime de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia no Código Penal Brasileiro foi objeto do Projeto de Lei nº 5.452/2016. Nesse viés, em parecer dado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a relatora Laura Carneiro, Deputada Federal, aduziu que a redação do Projeto de Lei nº 5.452/2016, abarcava a pretensão não só de todos aqueles que estavam envolvidos na sua tramitação, mas também da sociedade brasileira que há tempos almeja o fim da violência sexual e espera pela adoção de providências que visem assegurar a dignidade sexual (BRASIL, 2017a, p. 552).

Por fim, conclui-se que o advento da Lei nº 13.718 de 24 de setembro de 2018, que inclui o artigo 218-C no Código Penal Brasileiro, tipificando a conduta de divulgação de cena de estupro ou de estupro de vulnerável, de sexo ou de pornografia e trazendo uma majorante para os casos de pornografia da vingança,

---

<sup>17</sup> “Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa” (BRASIL, 1990).

<sup>18</sup> “Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo; II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo. § 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo” (BRASIL, 1990).

nada mais é do que uma resposta à sociedade, que há tempos ansiava por um tipo penal específico e almejava que tal conduta fosse tratada com mais seriedade, afastando-a do enquadramento como mero crime contra a honra e trazendo-a para o âmbito dos crimes contra a dignidade sexual, prevendo uma punição mais severa.

#### **4 INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA CESSAR A DIVULGAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS NOS CASOS DE PORNOGRAFIA DA VINGANÇA**

Após tratar, no primeiro capítulo, sobre a violência de gênero contra a mulher e a proteção garantida pela Lei Maria da Penha, especialmente ao prever a possibilidade de medidas protetivas de urgência e, no segundo capítulo, sobre a pornografia da vingança, os principais casos ocorridos no Brasil e a sua tipificação no Código Penal, cumpre analisar, neste capítulo, os instrumentos jurídicos que podem ser utilizados para cessar a divulgação de imagens íntimas e a mudança gerada pela inclusão da violação da intimidade como forma de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Lei do Marco Civil da *Internet* (Lei nº 12.965/2014) buscou regulamentar vários pontos relativos ao uso da *internet*, inclusive, a responsabilidade dos provedores de aplicações pela violação da intimidade causada por conteúdo gerado terceiro. De acordo com referida lei, o provedor de aplicações, após ser notificado pela vítima, deve promover a indisponibilização do conteúdo íntimo, sob pena de responsabilidade subsidiária (BRASIL, 2014).

De outro lado, tem-se que a prática da pornografia da vingança relaciona-se com a violação ao exercício da intimidade e da sexualidade, bem como com o direito à imagem e sua utilização na *internet* (SILVA, 2016, p. 21). Por esse motivo, a Lei nº 13.772/2018 promoveu a inclusão da violação da intimidade como forma de violência psicológica no âmbito da Lei Maria da Penha. Sendo assim, tem-se que as vítimas de pornografia da vingança passaram a ser amparadas pela Lei Maria da Penha.

Nesse viés, é sabido que a Lei Maria da Penha trouxe as medidas protetivas de urgência como uma ferramenta que busca minimizar os problemas sociais oriundos de relações domésticas e familiares (FONSECA; MOTA, 2017, p. 331).

Neste capítulo será tratado da pornografia da vingança e os instrumentos jurídicos para cessar a divulgação de imagens íntimas. O objeto principal do capítulo é a análise da possibilidade de as vítimas de pornografia da vingança utilizarem-se de medidas protetivas de urgência diversas das previstas no artigo 22 da Lei nº

11.340/2006 para cessar a divulgação de imagens íntimas nos casos de pornografia da vingança.

#### 4.1 MARCO CIVIL DA *INTERNET* E A RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR PELA DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTEÚDOS ÍNTIMOS POR TERCEIROS

Atualmente, a sociedade tem vivido a rápida ascensão da tecnologia da informação, o que vem ocasionando uma grande mudança na vida das pessoas que dela utilizam. Esse avanço tecnológico, além de consequências positivas, tem gerado também consequências negativas na vida de usuários da *internet*, especialmente, das redes sociais. Nessa seara, tem-se que a consequência mais preocupante dessa ascensão é a invasão e divulgação não consentida de conteúdos privados dos usuários (VIEIRA, 2017, p. 198).

Nesse cenário, tem-se que até recentemente não havia legislação específica para a proteção da privacidade dos usuários da *internet*, de modo que referido direito era amparado apenas pelo artigo 5º, inciso X da Constituição Federal de 1988. Contudo, em 23 de abril de 2014, a fim de cobrir a lacuna legislativa existente, foi publicada a Lei nº 12.965, intitulada como Lei do Marco Civil da *Internet*, cujo objetivo é regular o uso da rede de computadores, buscando assegurar aos usuários a privacidade, bem como a proteção às informações pessoais (VIEIRA, 2017, p. 207-208).

Extrai-se do artigo 3º da Lei nº 12.965/2014 que o uso da *internet* é disciplinado com base nos princípios da liberdade de expressão, de comunicação e de manifestação do pensamento, bem como da proteção à privacidade, aos dados pessoais e da garantia à neutralidade da rede, dentre outros princípios norteadores. Ademais, o artigo 7º da referida lei, assegura aos usuários no acesso à *internet*, a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, garantindo indenização por dano moral e material em caso de violação, bem como o sigilo das comunicações, ressalvados os casos de determinação judicial e, ainda, o não compartilhamento de dados pessoais com terceiros, além de outros direitos e garantias essenciais. Ainda, o exercício do direito ao acesso à *internet*, conforme preconiza o artigo 8º da lei, é

condicionado à garantia do direito à privacidade e do direito à liberdade de expressão (BRASIL, 2014).

Nessa seara, veja-se que houve uma grande preocupação em assegurar aos usuários da *internet*, o direito à privacidade. Essa preocupação pode ser vista como consequência das inseguranças geradas pelo uso indevido das tecnologias oferecidas pelos provedores de *internet*, uma vez que não há verificação prévia do conteúdo criado e disseminado por terceiros. É por essa razão que a Lei nº 12.965/2014 possui um capítulo especificamente destinado a tratar das violações que podem ser causadas pelo uso da *internet* (CUNHA E CRUZ; COSTA; ARAÚJO, 2015, p. 2).

De acordo com Teffé (2015, p. 1):

Sob o manto da liberdade de expressão, entre os arts. 18 e 21 da Lei, foram positivadas normas com o escopo de orientar o debate acerca de qual seria o regime de responsabilidade civil mais adequado para reger a relação estabelecida entre os provedores e os usuários da rede, na hipótese específica de um terceiro inserir conteúdo danoso.

Nesse sentido, prevê o artigo 18<sup>19</sup> da Lei nº 12.965/2014 que não há responsabilidade civil do provedor de conexão à *internet*<sup>20</sup>, em decorrência de conteúdos criados e publicados por terceiros. Por outro lado, o artigo 19<sup>21</sup>, *caput*, do mesmo Diploma Legal dispõe que haverá responsabilidade civil dos provedores de aplicações da *internet* pelo conteúdo gerado por um terceiro apenas nos casos em

<sup>19</sup> “Art. 18. O provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros (BRASIL, 2014).

<sup>20</sup> “Os provedores de conexão, de acesso ou também denominados de provedores de serviços, são os intermediários responsáveis por conectar o usuário-consumidor ao serviço de Internet, como por exemplo: GVT, Vivo, Claro e outras, na medida em que intermediam o serviço de conexão com o destinatário final, isto porque, para ser considerada uma pessoa jurídica ou física como provedor de conexão, basta que forneça o acesso à Internet. Dessa forma, quanto ao serviço ofertado pelos provedores de conexão, esse é tão somente de acesso à Internet, mediante contrato solene ou informal de prestação de serviços no qual um contratante se responsabiliza pela conexão à Rede, fornecendo meios para a navegação à Internet e, de outro, o contratante destinatário do serviço que se responsabiliza pelo seu uso” (MOCELLIN, 2017, p.12).

<sup>21</sup> “Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário. § 1º A ordem judicial de que trata o **caput** deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material. [...]” (BRASIL, 2014).



que, muito embora tenha recebido ordem judicial indicando claramente o conteúdo a ser indisponibilizado, não tenha adotado as medidas necessárias para indisponibilização do conteúdo e, desde que as medidas a serem adotadas estejam dentro do âmbito dos seus serviços (BRASIL, 2014). Nesse viés, para a Lei do Marco Civil da *Internet*, consideram-se provedores de aplicações da *internet*, o provedor de correio eletrônico, o provedor de hospedagem, o provedor de conteúdo, bem como o provedor de informação<sup>22</sup> (MARINHO JÚNIOR, 2018, p. 3).

Todavia, conforme dispõe o artigo 21<sup>23</sup> da Lei do Marco Civil da *Internet*, a necessidade de determinação judicial é dispensada quando o conteúdo gerado por terceiros envolver imagens, vídeos ou qualquer outro tipo de material que contenha cenas de sexo ou nudez e que tenha sido divulgado sem a autorização da pessoa exposta. Nesses casos, haverá a responsabilidade do provedor de aplicações de *internet* caso não atenda a notificação extrajudicial promovida pela pessoa exposta contra a sua vontade, não tornando indisponível o conteúdo. Convém destacar que essa notificação extrajudicial, assim como a decisão judicial, deverá ser específica e indicar precisamente o conteúdo a ser removido da *internet* (BRASIL, 2014).

Nada obstante, é possível perceber que, muito embora essa disposição legal busque tutelar o direito à personalidade das pessoas cuja intimidade é indevidamente exposta na *internet*, dificulta o seu exercício, uma vez que exige que a notificação indique com precisão o conteúdo a ser indisponibilizado. Isso porque,

---

<sup>22</sup> “O provedor de correio eletrônico, por sua vez, é quem torna possível o envio de mensagens do usuário a seus destinatários, mediante o uso de um nome de usuário e senha exclusivos. O provedor de hospedagem, de outro lado, consiste na pessoa jurídica fornecedora de serviços, que possibilitam o armazenamento de dados em servidores próprios de acesso remoto, permitindo o acesso de terceiros a esses dados. Ou seja, são dois serviços: o armazenamento de arquivos em um servidor e a possibilidade de acesso a tais arquivos. Por fim, o provedor de conteúdo disponibiliza, na internet, as informações criadas ou desenvolvidas pelos provedores de informação. Utiliza servidores próprios ou os serviços de um provedor de hospedagem para armazená-las e pode, ainda, exercer controle editorial prévio sobre as informações que divulga, escolhendo o que será apresentado aos usuários” (MARINHO JÚNIOR, 2018, p. 3).

<sup>23</sup> “Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo. Parágrafo único. A notificação prevista no **caput** deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido” (BRASIL, 2014).

tais informações não são de fácil acesso para os usuários, já que as imagens são rapidamente disseminadas, o que torna extremamente difícil para o usuário promover a indicação de todos os endereços eletrônicos onde encontram-se os conteúdos íntimos (MOCELLIN, 2017, p. 8).

O artigo 21 da Lei nº 12.965/2014 trata dos casos de pornografia da vingança, prática que envolve a disseminação não consentida de conteúdos íntimos por ex-companheiros das vítimas. Neste caso, a necessidade de uma ordem judicial é dispensada em razão dos danos imensuráveis que a divulgação dos conteúdos pode causar na vida das vítimas se perdurar por um longo período. Sendo assim, abre-se mão da segurança jurídica em prol de um bem maior, e admite-se que a própria vítima ou seu representante notifique o provedor para que o conteúdo seja indisponibilizado (TEFFÉ, 2015, p. 7).

Nesse sentido, a Quinta Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no julgamento da Apelação Civil nº 0302133-09.2016.8.24.0075<sup>24</sup>, reconheceu a responsabilidade civil do provedor de aplicações, uma vez que, embora tenha sido notificado pela vítima de pornografia da vingança acerca do conteúdo de nudez postado sem o seu consentimento, não promoveu a sua indisponibilização. No caso em tela, a vítima notificou o provedor de aplicações da *internet*, que se manteve inerte, tendo ajuizado a ação de obrigação de fazer em 29/04/2016, sendo que a sentença sobreveio em 05/10/2016 e determinou a remoção integral do conteúdo íntimo no prazo máximo de 48 horas (SANTA CATARINA, 2017). Veja-se que o material íntimo foi mantido disponível por mais de 5 meses.

---

<sup>24</sup> “APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. DIVULGAÇÃO OFENSIVA. - PARCIAL PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO DA AUTORA. (1) PROVEDOR. INTERNET. MARCO CIVIL. NUDEZ. NOTIFICAÇÃO. INÉRCIA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ART. 21 DA LEI N. 12.965/2014. - O marco civil da internet alterou paradigmas no diz com a responsabilização civil dos provedores por conteúdos ofensivos publicados, mantendo-se a orientação conhecida como "notice and takedown" para apenas duas situações extremas: [a] cenas de nudez; e [b] atos sexuais. - Provocada a empresa responsável acerca de fotos com nudez, e mantendo-se ela inerte, caracterizada resta a sua responsabilidade civil. (2) ABALO. CONFIGURAÇÃO IN RE IPSA. OFENSA À HONRA. DEVER DE INDENIZAR. ACOLHIMENTO. - As postagens em perfil pessoal de rede social com forte teor ofensivo geram presumíveis danos morais (in re ipsa), por decorrente de prejuízo à honra objetiva, ensejando o dever de indenizar. [...] SENTENÇA ALTERADA. RECURSO DA AUTORA PROVIDO E DO RÉU DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0302133-09.2016.8.24.0075, de Tubarão, rel. Des. Henry Petry Junior, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 28-11-2017)” (SANTA CATARINA, 2017).

Nota-se que as vítimas de pornografia da vingança estão recorrendo à Lei do Marco Civil da *Internet* para ver o conteúdo íntimo indisponibilizado. Esse mecanismo permite que as cenas de sexo ou nudez que estejam disponíveis na *internet* sem o consentimento da vítima sejam removidas pelo provedor de aplicações após a notificação extrajudicial realizada pela vítima, ou seja, visa tornar indisponível aquilo que já foi publicado na *web*, desde que a notificação extrajudicial indique especificamente quais as URL's<sup>25</sup> a serem indisponibilizadas.

Todavia, de acordo com Serro (2015, p. 12), existe uma lacuna na redação do artigo 21 da Lei do Marco Civil da *Internet*, pois, embora tenha conferido ao provedor de aplicações da *internet* o dever de remover os conteúdos impróprios após a notificação realizada pela vítima, não impôs um prazo para o cumprimento dessa obrigação. De acordo com a crítica apresentada pela autora, a lei deveria ter especificado qual o lapso temporal máximo que o provedor poderia levar para promover a indisponibilização do conteúdo íntimo, já que em questão de horas o material pode chegar ao conhecimento de milhões de pessoas.

O reflexo negativo dessa lacuna pode ser verificado no acórdão supramencionado, no qual a vítima teve as imagens íntimas disponibilizadas por mais de 5 meses, de modo que a indisponibilização após um período tão longo torna quase que ineficaz a medida, ante a velocidade com que os conteúdos se disseminam na *internet*.

Nesse cenário, tem-se que antes do advento da Lei nº 12.965/2014, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.323.754<sup>26</sup>, já

---

<sup>25</sup> “Uniform Resource Locator, refere-se ao endereço de rede em que se encontra determinado conteúdo” (GARCIA, 2016, p. 13).

<sup>26</sup> “RESPONSABILIDADE CIVIL. INTERNET. REDES SOCIAIS. MENSAGEM OFENSIVA. CIÊNCIA PELO PROVEDOR. REMOÇÃO. PRAZO. 1. A velocidade com que as informações circulam no meio virtual torna indispensável que medidas tendentes a coibir a divulgação de conteúdos depreciativos e aviltantes sejam adotadas célere e enfaticamente, de sorte a potencialmente reduzir a disseminação do insulto, minimizando os nefastos efeitos inerentes a dados dessa natureza. 2. Uma vez notificado de que determinado texto ou imagem possui conteúdo ilícito, o provedor deve retirar o material do ar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responder solidariamente com o autor direto do dano, em virtude da omissão praticada. 3. Nesse prazo de 24 horas, não está o provedor obrigado a analisar o teor da denúncia recebida, devendo apenas promover a suspensão preventiva das respectivas páginas, até que tenha tempo hábil para apreciar a veracidade das alegações, de modo a que, confirmando-as, exclua definitivamente o perfil ou, tendo-as por infundadas, restabeleça o seu livre acesso. 4. O diferimento da análise do teor das denúncias não significa que o provedor poderá postergá-la por tempo indeterminado, deixando sem satisfação o usuário cujo perfil venha a ser provisoriamente suspenso. Cabe ao provedor, o mais breve possível, dar uma solução final para o

havia firmado entendimento no sentido de que o provedor de aplicações da *internet*, ciente de que o conteúdo postado é ilícito, deveria promover a sua indisponibilização temporária no prazo de 24 horas. Após essa indisponibilização, poderá analisar a denúncia cautelosamente e verificar se o conteúdo é de fato ilícito, caso em que deverá promover a sua exclusão definitivamente ou, então, caso verifique que não assiste razão ao denunciante, deverá torná-lo disponível (BRASIL, 2012). De acordo com Teffé e Moraes (2017, p. 141), uma vez que este prazo de 24 horas não foi previsto pelo artigo 21 da Lei do Marco Civil da *Internet*, tampouco houve a previsão de prazo diverso, caberá ao Juízo, diante do contexto fático, estipular o prazo máximo para que o provedor de aplicações da *internet* promova a indisponibilização do conteúdo.

Conclui-se, por fim, que a Lei nº 12.965/2014 buscou reparar os danos causados pelo mau uso da *internet* por parte de seus usuários, incluindo a prática da pornografia da vingança. Contudo, não conseguiu prever mecanismos mais eficazes para a solução dos problemas gerados às vítimas de disseminação não consentida de imagens íntimas na *internet*, isso porque os conteúdos divulgados nas redes se espalham em grande velocidade e geram danos na vida da pessoa exposta de forma instantânea. Sendo assim, pode-se inferir que referida lei ainda não é um mecanismo rápido de solução para os problemas oriundos de conteúdos gerados por terceiros.

#### 4.2 VIOLAÇÃO DA INTIMIDADE: PROTEÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E SUA INCLUSÃO COMO FORMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Inicialmente, antes de tratar-se da violação da intimidade como forma de violência de gênero, convém conceituar o direito à intimidade. Referido direito é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e faz parte do rol de direitos fundamentais previstos em seu artigo 5º:

---

conflito, confirmando a remoção definitiva da página de conteúdo ofensivo ou, ausente indício de ilegalidade, recolocando-a no ar, adotando, nessa última hipótese, as providências legais cabíveis contra os que abusarem da prerrogativa de denunciar. 5. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1323754/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 28/08/2012)” (BRASIL, 2012).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

[...] (BRASIL, 1988).

Em uma análise do dispositivo constitucional acima mencionado, é possível verificar que o direito à intimidade é garantido a todos os brasileiros e aos estrangeiros que residem no Brasil, independentemente de gênero ou de qualquer outra condição.

O direito à intimidade e o direito à privacidade são tratados por diversos autores como direitos idênticos entre si. Nada obstante, existem autores que defendem que o direito à privacidade é mais amplo e engloba o direito à intimidade, de modo que o direito à privacidade protege aquilo que se refere às relações pessoais comuns das pessoas, enquanto o direito à intimidade está ligado ao que ocorre nas relações íntimas do indivíduo com outras pessoas (MENDES; BRANCO, 2012, p. 407-408).

De acordo com Silva (2014, p. 208-209), a Constituição Federal de 1988 ao tratar dos direitos à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, os traz como direitos distintos, que podem ser englobados em um conceito mais abrangente que seria, então, o direito à privacidade. Em razão disso, o autor entende necessária a distinção entre o direito à privacidade e o direito intimidade, já que aquele é mais amplo do que o último.

Nesse sentido, Bittar (2015, p. 172-173) aduz que o direito à intimidade visa assegurar privacidade nas relações pessoais, profissionais e familiares do indivíduo. De acordo com o autor, esse direito é inerente à necessidade do indivíduo em manter fatos sobre sua personalidade longe do conhecimento de terceiros, preservando sua intimidade na esfera privada de sua vida.

De acordo com Bittar (2015, p. 173-174):

No campo do direito à intimidade são protegidos, dentre outros, os seguintes bens: confidências; informes de ordem pessoal (dados pessoais);

recordações pessoais; memórias, diários; relações familiares; lembranças de família; sepultura; vida amorosa ou conjugal; saúde (física e mental); afeições; entretenimentos; costumes domésticos e atividades negociais, reservados pela pessoa para si e para seus familiares (ou pequeno circuito de amizade) e, portanto, afastados da curiosidade pública.

Ocorre que, atualmente, a proteção do direito à intimidade vem, gradativamente, tornando-se mais relevante e causando maiores preocupações, em razão do grande crescimento das relações virtuais e da necessidade de exposição da vida perante o público da *internet*. Nos dias atuais, com o crescente uso da *internet* e de equipamentos eletrônicos, o âmbito de intimidade do indivíduo tornou-se diminuto (BITTAR, 2015, p. 173). Nesse sentido, percebe-se que a crescente disponibilização na *internet* de conteúdos referentes a vida privada, tornando-os visíveis a um grande público de internautas que poderão acessá-los quando e onde quiserem, torna mais provável que alguém seja vítima de violação da intimidade (SALES, 2017, p. 18).

De acordo com Gouvêa (2019, p. 1):

Atualmente, vivemos em um período de enormes mudanças tecnológicas, em que uma das formas de interação na sociedade é por meio da Internet, mais precisamente, por meio das redes sociais. Este meio de comunicação entre as pessoas está cada vez mais presente nas famílias e círculo de amigos, possibilitando um alcance de indivíduos inimagináveis. Com o avanço dos smartphones, tornou-se mais fácil registrar momentos por meio de fotografias e vídeos, e de se conectar na web.

Conforme Sales (2017, p. 19), nos dias de hoje a sociedade dispõe, a seu alcance, de equipamentos eletrônicos que possibilitam o registro de fotos e vídeos, além do acesso à *internet* e às redes sociais. Essas ferramentas atuam como facilitadoras na disseminação em larga escala de conteúdos diversos, bem como tornam vulnerável a intimidade dos indivíduos.

Um dos principais exemplos de violação da intimidade a partir do uso da *internet* é a prática da pornografia da vingança ou *revenge porn*, conduta criminosa que tem se tornado cada vez mais recorrente ante a facilidade de divulgação de conteúdos variados nas redes sociais e *sites*. De acordo com Renata Corsini Sales (2017, p. 20), é do elo existente entre o crescimento do uso da *internet* e o direito à intimidade que sobrevém a pornografia da vingança.

Na prática da pornografia da vingança a violação da intimidade se dá pela quebra da confiança havida entre o casal quando da divulgação não autorizada de um retrato íntimo a terceiros (SALES, 2017, p. 25). Ademais, é evidente que haverá violação ao direito à intimidade ainda que as imagens íntimas tenham sido captadas pela própria vítima ou que a vítima tenha consentido com a captação, uma vez que é o ato de disseminar essas imagens sem o consentimento da pessoa exposta que vai de encontro ao direito fundamental à intimidade (FREITAG; MEDEIROS, 2015, p. 2 e 5). Sendo assim, o fato da vítima ter autorizado o autor do fato a captar as imagens íntimas, não permite pressupor que o autorizou a divulgá-las e, portanto, não é fato capaz de torná-lo isento da responsabilidade civil e penal gerada pela sua conduta (SALES, 2017, p. 25).

Por outro lado, Sales (2017, p. 28) defende que a pornografia da vingança deve ser vista e tratada como uma forma de violência de gênero, não só porque as mulheres representam a maioria das vítimas dessa conduta, mas também porque as mulheres são as que mais sofrem as consequências da disseminação do conteúdo íntimo, muito embora, em não raras vezes, o companheiro também esteja nas imagens disseminadas. Nas palavras de Buzzi (2015, p. 43) “fica claro que a pornografia de vingança, sob a ótica da violência de gênero, existe enquanto instrumento de reafirmação do poder masculino”.

Ademais, de acordo com Almeida (2015, p. 7), a pornografia da vingança para além de violência de gênero, constitui-se como uma forma de violência doméstica, posto que a disseminação do conteúdo privado é praticada por homens que mantiveram relacionamentos íntimos de afeto com as vítimas. Nesse sentido, Buzzi (2015, p. 75) aduz que nos casos em que a vítima de pornografia da vingança tenha mantido relacionamento íntimo de afeto com aquele que promoveu a divulgação do conteúdo íntimo, ainda que não tenha havido coabitação, poderá haver a aplicação da Lei Maria da Penha, uma vez que representa uma forma de violência doméstica e familiar.

Nesse viés, sobreveio a Lei nº 13.772, publicada em 19 de dezembro de 2018, que passou a reconhecer a violação da intimidade como uma forma de violência doméstica e familiar. Referida lei promoveu a inclusão da expressão “violação de sua intimidade” no inciso II do artigo 7º da Lei nº 11.340/06, passando a

considerar a violação da intimidade como uma forma de violência psicológica no âmbito da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2018c).

Em parecer proferido pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca do Projeto de Lei nº 5.555/2013 e das proposições a ele apensadas, a relatora Deputada Federal Laura Carneiro, afirmou que a violação da intimidade feminina utilizando-se da *internet* tem se tornado recorrente, fato que pode ser verificado pelo crescimento da disseminação de conteúdos privados, sem o consentimento da pessoa exposta. Nesse viés, a relatora aduz que a inclusão da violação da intimidade no rol das formas de violência doméstica e familiar, previsto no artigo 7º da Lei nº 11.340/2006, tratava-se de medida necessária, principalmente em razão do potencial lesivo presente na divulgação de conteúdos íntimos ao público (BRASIL, 2017b, p. 9).

De acordo com a relatora Laura Carneiro (BRASIL, 2017b, p. 9), é sabido que a divulgação de conteúdos íntimos, incluindo vídeos, fotos e dados pessoais, em quase a totalidade das vezes, é realizado por homens que tenham ou tiveram relacionamentos amorosos com a vítima, fato esse que facilita que obtenham esses conteúdos e os divulguem.

Dessa forma, conclui-se que o crescente uso da *internet*, especialmente das redes sociais, deu azo a um aumento na violação da intimidade feminina, uma vez que facilitou a prática da pornografia da vingança, tornando-se necessária a adoção de medidas para combater essa conduta tão danosa para as vítimas que, na maioria das vezes, são as mulheres.

Sendo assim, após a criminalização da pornografia da vingança trazida pela Lei nº 13.718/2018, promoveu-se, através da Lei nº 13.772/2018, a inclusão da violação da intimidade como forma de violência doméstica e familiar, de modo que as mulheres vítimas desse crime podem valer-se dos mecanismos de proteção previstos na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), o que representa um passo importantíssimo no combate a violência doméstica e familiar.



### 4.3 POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DIVERSAS DAS PREVISTAS NO ART. 22 DA LEI Nº 11.340/06 COMO MEIO PARA CESSAR A DIVULGAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS

Na atualidade, os conteúdos postados na *internet* se difundem de maneira ultrarrápida. Sendo assim, uma imagem íntima compartilhada entre duas pessoas pode acabar sendo visualizada por outras milhões de pessoas, causando um dano imensurável na vida da pessoa exposta (MORELLI JUNIOR; MEIRELLES, 2015, p. 91).

De acordo com Morelli Junior e Meirelles (2015, p. 93), no combate à pornografia da vingança, deve ser dada maior importância à extinção dos danos causados pela conduta e não somente à punição do infrator. Desse modo, não se deve utilizar do proibicionismo como o único meio de combate a essa nova forma de violência contra a mulher.

Assim, faz-se necessário estabelecer um debate acerca da proteção da vítima, a fim de evitar que o crime alcance tamanha dimensão, a ponto de tornar-se ineficaz a busca da ofendida por um mínimo reparo das consequências geradas pelo crime (OLIVEIRA; PAULINO, 2016, p. 54).

Neste tópico será tratado do objeto principal de estudo deste trabalho, qual seja, a possibilidade de as vítimas de pornografia da vingança utilizarem-se de medidas protetivas de urgência não previstas no rol do artigo 22 da Lei Maria da Penha, a fim de cessar a divulgação de imagens íntimas pelo ex-companheiro.

A análise será realizada a partir da inclusão da violação da intimidade como forma de violência doméstica e familiar, trazendo a pornografia da vingança para a tutela da Lei Maria da Penha. Assim, muito embora inexista uma medida protetiva de urgência específica ao caso, busca-se verificar a proteção garantida à mulher vítima dessa conduta.

De acordo com Lins (2016, p. 257-258), as vítimas de pornografia da vingança, ao tomarem conhecimento do vazamento de conteúdos íntimos, podem tomar determinadas atitudes na busca por justiça ou reparação em razão dos danos causados em sua vida. Dentre as medidas a serem adotadas, elenca a necessidade de realizar capturas de tela do conteúdo publicado e, após, procurar um advogado

para auxiliá-la, bem como comunicar o crime à autoridade policial a fim de que seja confeccionado o boletim de ocorrência e promover a notificação extrajudicial dos provedores de aplicações a fim de que removam o conteúdo disseminado sem o seu consentimento, de acordo com o que prevê o artigo 21 da Lei do Marco Civil da *Internet*.

Assim, busca-se analisar se, além das medidas acima elencadas, a vítima poderá recorrer ao artigo 22 da Lei Maria da Penha e requerer o deferimento de medida protetiva de urgência, a fim de cessar a disseminação não consentida do conteúdo íntimo.

Nesse viés, as medidas protetivas de urgência estão previstas nos artigos 22, 23 e 24 da Lei Maria da Penha e se dividem em medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor e medidas protetivas de urgência à ofendida (BRASIL, 2006).

De acordo com Nogueira e Nascimento (2017, p. 72), o fato de constar no *caput* do artigo 22 da Lei Maria da Penha, que poderão ser aplicadas outras medidas protetivas de urgência além daquelas nele elencadas, demonstra que o rol de medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor não é taxativo, de modo que pode o Juízo aplicar outras medidas que não constam nele, a fim de garantir a proteção necessária à vítima.

No mesmo sentido, Heerdt (2011, p. 317) defende que o rol de medidas protetivas de urgência previsto no artigo 22 da Lei Maria da Penha é exemplificativo, sendo que o Juízo pode aplicar medidas diversas daquelas elencadas, caso verifique a necessidade. Sendo assim, o Juízo, visando garantir a eficácia das medidas que já estão previstas em lei, poderá conceder outras medidas que a lei ainda não prevê. Isso justifica-se pelo fato de que a finalidade de tais medidas é a proteção da vítima, de sua família e do seu patrimônio, não sendo prudente limitar o Juízo à aplicação de medidas previstas em um rol taxativo, o que poderia acabar o impedindo de garantir à vítima a proteção da qual ela necessita.

Por sua vez, conforme visto anteriormente, a Lei nº 13.772/2018 incluiu a violação da intimidade como uma forma de violência psicológica contra a mulher, alterando o artigo 7º, inciso II da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2018c).

Assim, a pornografia da vingança mostra-se como uma forma de violência psicológica ao passo que atinge, expressivamente, a saúde psíquica da mulher. Isso ocorre em razão das consequências causadas pelo ato, tais como, baixa autoestima, autculpabilização, bem como o medo e a insegurança gerados pelas ameaças que, na maioria das vezes, acompanham a disseminação das imagens íntimas (SILVA; PINHEIRO, 2019, p. 3).

Sabe-se que essa inovação legislativa foi importantíssima, ao passo que permitiu o emprego dos mecanismos de proteção previstos na Lei Maria da Penha, tais como, por exemplo, as medidas protetivas de urgência, cuja aplicação ocorrerá nos casos em que as vítimas estejam na iminência de sofrer essa forma de violência doméstica e familiar (RODRIGUES; NOGUEIRA, 2018, p. 188).

Nesse viés, Azeredo, Carlos e Wendt (2016, p. 9) defendem que as vítimas de pornografia da vingança podem requerer a concessão de medidas protetivas de urgência para interromper ou buscar reduzir os efeitos negativos gerados pela prática da pornografia da vingança. Todavia, uma vez que o rol do artigo 22 da Lei Maria da Penha não prevê uma medida protetiva específica para o caso em tela, caberá ao Juízo decidir quais medidas serão aplicadas, podendo, inclusive, impor que o autor do fato cesse a divulgação de conteúdos que envolvam à vítima e pessoas da sua família.

Para Silva e Pinheiro (2018, p. 2594), a Lei Maria da Penha é o instrumento jurídico de defesa mais adequado a ser aplicado nos casos de pornografia da vingança, sendo que a possibilidade de aplicação de medida protetiva de urgência prevista nessa lei é o que torna importantíssima a sua aplicação no crime em comento. Dentre as diversas medidas protetivas de urgência que podem ser aplicadas nos casos de pornografia da vingança, aponta-se como mais importante, aquela consistente na determinação para que o autor do fato cesse a divulgação de imagens íntimas.

No mesmo sentido, Firmino (2018, p. 52) defende a possibilidade de aplicar medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha quando se está diante de casos de pornografia da vingança. Assim, o Juízo poderá tanto determinar que o autor do fato cesse a divulgação de imagens íntimas da vítima ou que promova a remoção do conteúdo íntimo divulgado na *internet*, quanto

determinar que o autor do fato se retrate nas redes sociais em relação ao conteúdo que divulgou.

Nessa seara, em entrevista ao Uol Notícias, o Defensor Público Júlio Camargo de Azevedo, atuante na Defensoria Pública de São José dos Campos, localizada no Estado de São Paulo, alegou que:

Grande parte das vítimas não tomam providências pois sentem-se constrangidas. Mas as que comparecem, nós procuramos atender através de medidas protetivas de urgência, que consistem em tirar as postagens do ar ou impedir que elas voltem a aparecer na internet, por exemplo. Se há uma ameaça de vazamento de imagens íntimas, nós entramos com um mandado pedindo a proibição dessa divulgação (MARISE, 2017).

Ainda, na Comarca de Cuiabá, localizada no Estado do Mato Grosso, a Juíza titular da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, afirmou já ter concedido medidas protetivas de urgência em favor de uma vítima de pornografia da vingança, proibindo o autor do fato de se aproximar da vítima e de seus familiares, bem como obrigando-o a promover a remoção do conteúdo por ele disseminado por motivo de vingança (BANDEIRA, 2018). Todavia, referida decisão está protegida sob o manto do segredo de justiça e, muito embora as tentativas empregadas, não foi possível acessar os autos e trazer maiores informações sobre o caso para o presente trabalho.

Veja-se que a Defensoria Pública já tem atuado no sentido de requerer medidas protetivas de urgência nos casos de pornografia da vingança, bem como que já existe decisão deferindo referidas medidas.

Para Firmino (2018, p. 52), muito embora a aplicação de medidas protetivas de urgência para cessar a divulgação de imagens íntimas ou remover o conteúdo íntimo divulgado pareça ser incapaz de acabar com os danos suportados pelas vítimas desse crime, ante a rápida disseminação do conteúdo *online*, a aplicação de tais medidas é de suma importância, seja para minimizar esses danos ou para demonstrar que o ordenamento jurídico brasileiro tem aplicabilidade nas relações virtuais das pessoas, afastando a falsa percepção de que aquilo que acontece *online* não tem implicações jurídicas.

Por fim, conclui-se, com base naquilo que defendem os autores acima mencionados, que o rol de medidas protetivas de urgência previsto no artigo 22 da Lei Maria da Penha é exemplificativo, de modo a permitir que o Juízo aplique outras medidas que não constem nele.

Dessa feita, estando diante de um caso de pornografia da vingança, é possível que a vítima requeira a aplicação de medida protetiva de urgência, com fundamento no artigo 22 da Lei Maria da Penha, no sentido de determinar que o autor do fato se abstenha de disseminar o conteúdo íntimo, cesse a divulgação ou, caso já tenha divulgado, que remova o conteúdo dos locais onde promoveu a divulgação.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho monográfico teve como objetivo estudar a violência de gênero contra a mulher e a Lei Maria da Penha enquanto mecanismo jurídico de defesa, bem como a pornografia da vingança, a sua criminalização e inclusão como forma de violência doméstica e familiar e, ao final, a possibilidade de as vítimas de pornografia da vingança utilizarem-se de medidas protetivas de urgência diversas das previstas no artigo 22 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a fim de cessar a divulgação de imagens íntimas na *internet*, uma vez que inexistia medida protetiva nesse sentido.

A necessidade deste estudo pautou-se no fato de que, na sociedade contemporânea, as interações humanas têm ocorrido, em sua grande parte, no espaço virtual. Esse fato pode ser atribuído ao avanço tecnológico e ao grande alcance da *internet*, especialmente, a partir do crescente uso das redes sociais. Porém, não só as boas relações ocorrem virtualmente, isso porque a *internet* tem sido utilizada para a prática de crimes cibernéticos, dentre eles, a pornografia da vingança.

A partir da presente pesquisa, pode-se constatar que, ainda hoje, a mulher é julgada e apontada por desfrutar da sua sexualidade. Isso porque, ao ser divulgado um conteúdo íntimo na *internet*, a sociedade tende a julgar a mulher por ter permitido o registro da imagem e não o homem que as divulgou. Veja-se que esses julgamentos soam como discursos legitimadores da prática da pornografia da vingança pelo homem e acabam por agravar os danos que a conduta gera na vida das vítimas.

Nada obstante, constata-se que o ordenamento jurídico brasileiro vem evoluindo, embora tardiamente, no que diz respeito à legislação que regulamente as relações virtuais, de modo que, no segundo semestre do ano de 2018, buscou criminalizar a pornografia da vingança e incluir a violação da intimidade como uma forma de violência doméstica, a partir da publicação das Leis nº 13.718 e nº 13.772, respectivamente. Por outro lado, referidos diplomas legais nada mencionaram acerca de mecanismos de proteção em favor das vítimas, seja para evitar a ocorrência do crime ou para minimizar os seus danos.

Por esse motivo, buscou-se analisar a possibilidade de as vítimas requererem medidas protetivas de urgência, com fundamento no artigo 22 da Lei Maria da Penha, consistentes na abstenção de divulgação do conteúdo íntimo ou de reiteração da conduta e, ainda, na remoção do conteúdo divulgado.

Buscando alcançar o objetivo proposto, pode-se verificar que as mulheres são as principais vítimas do compartilhamento não consentido de conteúdos íntimos na *internet* pelo atual ou ex-companheiro/cônjuge, com a finalidade de vingança ou humilhação, fato resultante de uma cultura patriarcal que perdura até os dias atuais, nada obstante a luta das mulheres por um tratamento igualitário.

Através da história de algumas vítimas de pornografia da vingança, percebeu-se que a sociedade tende a inverter a culpa, argumentando que se a mulher não tivesse permitido o registro ou compartilhado aquele conteúdo com o seu companheiro, pessoa em quem confiava, isso não teria acontecido na vida dela. Constatou-se que as vítimas passam por um duplo sofrimento, o primeiro é pela quebra da confiança, o segundo é pelos julgamentos da sociedade ao torná-la culpada pelo crime do qual foi vítima.

Posteriormente, verificou-se que a criminalização da divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia, ocorrida a partir da inclusão do artigo 218-C no Código Penal e promovida pela Lei nº 13.718/2018, abarcou a pornografia da vingança, prevendo, inclusive, uma causa de aumento para a conduta em comento. Assim, aquele que pratica tal ato deixou de ser incurso nos tipos penais de difamação e injúria, crimes de ação penal privada que exigia o oferecimento da queixa-crime pela vítima.

Observou-se que a nova lei deu maior importância à pornografia da vingança, ao passo que a tornou ação penal pública incondicionada, a ser proposta pelo Ministério Público. Ademais, a nova lei retirou a conduta dos crimes contra a honra e a trouxe para os crimes contra a dignidade sexual, afastando a perspectiva de que o crime feria a honra da mulher e mostrando que ele fere a liberdade de fruição da sua sexualidade.

Por fim, em relação aos instrumentos jurídicos para cessar a divulgação de imagens íntimas nos casos de pornografia da vingança, verificou-se que as vítimas de *revenge porn* podem utilizar-se do artigo 21 da Lei do Marco Civil da

*Internet*, notificando extrajudicialmente o provedor de aplicações para que promova a indisponibilização do conteúdo íntimo, sob pena de ser responsabilizado subsidiariamente. Todavia, verificou-se que esse direito não é facilmente exercido, uma vez que as vítimas precisam indicar, com precisão, as URL's em que se encontram os conteúdos íntimos a serem indisponibilizados.

Após, constatou-se que, a partir da inclusão da violação da intimidade como forma de violência doméstica e familiar, promovida pela Lei nº 13.772/2018, a Lei Maria da Penha passou a ser plenamente aplicável aos casos de pornografia da vingança, permitindo-se o deferimento de medidas protetivas de urgência em favor das vítimas.

A partir disso, muito embora a escassez de materiais acadêmicos que tratassem do assunto, concluiu-se que é possível o deferimento de medidas protetivas de urgência que não constem no rol do artigo 22 da Lei nº 11.340/2006. Assim, nos casos de pornografia da vingança, pode-se determinar que o autor do fato se abstenha de disseminar o conteúdo íntimo, cesse a divulgação ou, caso já tenha divulgado, que remova o conteúdo dos locais onde promoveu a divulgação.

Assim sendo, veja-se que a presente monografia alcançou seu objetivo e as pesquisas realizadas demonstram que, muito embora o tema seja recente e pouco discutido, o Juízo poderá fixar medidas que não estejam previstas no rol do artigo 22, por tratar-se de um rol exemplificativo e, por esse motivo, poderá conceder as medidas protetivas de urgência acima indicadas, havendo, inclusive, uma decisão da Juíza titular da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Cuiabá/MT nesse sentido.

Destaca-se que, durante a elaboração do trabalho, buscou-se acesso a referida decisão, inclusive, contatando-se o gabinete da Meritíssima Juíza, todavia, não obteve-se êxito, uma vez que o processo está sob o manto do segredo de justiça.

Por fim, notou-se que há uma escassez de decisões nesse sentido, o que pode estar ocasionando uma cifra oculta, já que as vítimas tendem a se sentirem receosas em romperem com o silêncio quando desconhecem a existência de mecanismos de proteção em seu favor. Por outro lado, a falta de aparato estatal em



relação à pornografia da vingança também pode estar sendo um fator determinante para a manutenção dessa cifra oculta.

Veja-se que se faz necessário estabelecer maiores discussões acerca da proteção da vítima de pornografia da vingança, isso porque, nada obstante as mudanças legislativas realizadas, tem-se que não houve previsão de mecanismos de proteção às vítimas de tal crime, limitando-se em criminalizar e punir, sem buscar minorar as consequências negativas na vida daquelas que foram vítimas deste crime. Assim, o presente trabalho monográfico visou demonstrar a necessidade de tratar-se sobre as formas de proteção asseguradas às vítimas de pornografia da vingança.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Beatriz Accioly Lins de. Caiu na rede é crime: controvérsias sobre a "pornografia de vingança". In: ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO, 4., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Enadir, 2015. p. 1-15. Disponível em: <http://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Lins%2C%20Beatriz%20A.%20IV%20ENADIR.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. 181 p.

ARAÚJO, Thiago. Jovem acusado de divulgar vídeo íntimo é julgado em Goiânia. **Jornal Opção**, 09 out. 2014. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/jovem-acusado-de-divulgar-video-intimo-e-julgado-em-goiania-17480/>. Acesso em: 06 ago. 2019.

AZEREDO, Caroline Machado de Oliveira; CARLOS, Paula Pinhal de; WENDT, Emerson. A internet e a violência contra a mulher: uma análise sobre a aplicação da lei maria da penha aos casos de violência psicológica no contexto virtual. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 119, p. 305-326, mar./abr. 2016.

BANDEIRA, Regina. Justiça enquadra autores de exposição íntima na web na Lei Maria da Penha. **Agência CNJ de Notícias**, 02 jul. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87097-justica-enquadra-autores-de-exposicao-intima-na-web-na-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BARBOSA, Adilson José Paulo; FOSCARINI, Léia Tatiana. Do atendimento da autoridade policial – artigos 10 a 12. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 247-263. Disponível em: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2015/04/LMP-comentada-perspectiva-juridico-feminista.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

BELLOQUE, Juliana Garcia. Das medidas protetivas que obrigam o agressor – artigos 22. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 247-263. Disponível em: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2015/04/LMP-comentada-perspectiva-juridico-feminista.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 8. ed. rev., aum. e mod. por Eduardo C. B. Bittar. São Paulo: Saraiva, 2015. 248 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de 7 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o Projeto de Lei do Senado Federal nº 618/2015. In: Diário da Câmara dos Deputados. Brasília: 2017. p. 547-552. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020171209002180000.PDF#page=547>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de 21 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre o Projeto de Lei nº 5.555, de 2013. Brasília: 2017. p. 1-14. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1527228&filename=PPP+1+CCJC+%3D%3E+PL+5555/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1527228&filename=PPP+1+CCJC+%3D%3E+PL+5555/2013). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. **Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/D1973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm). Acesso em: 07 mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Institui o Código Penal**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 09 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 13 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.505, de 8 de novembro de 2017. **Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito a mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13505.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13505.htm). Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018. **Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm). Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.771, de 19 de dezembro de 2018. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13771.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13771.htm#art1). Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018. **Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13772.htm). Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019. **Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade**

**judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.**

Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20192022/2019/lei/L13827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/lei/L13827.htm). Acesso em: 22 mai. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). **Recurso Especial n. 1323754/RJ**. Responsabilidade civil. Internet. Redes sociais. Mensagem ofensiva. Ciência pelo provedor. Remoção. Prazo. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrido: Grasielle Salme Leal. Relatora: Min. Nancy Andrighi, 19 de junho de 2012. DJE, 28 ago. 2012. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque> ncial=1153187&num\_registro=201200057484&data=20120828&formato=PDF.

Acesso em: 26 jul. 2019.

BUZZI, Vitória de Macedo. **Pornografia de vingança**: contexto histórico-social e abordagem no direito brasileiro. 2015. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133841>. Acesso em: 31 mai. 2019.

CAMBI, Eduardo; DENORA, Emmanuella Magro. Lei maria da penha: tutela diferenciada dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 133, p. 219-255, jul. 2017.

CAMPOS, Carmen Hein de. Lei Maria da Penha: necessidade de um novo giro paradigmático. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 10-22, fev./mar. 2017. Disponível em:

<http://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/778>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CANTERA, Leonor M. **Casais e violência**: um enfoque além de gênero. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007, 208 p.

CARVALHO, Bruna. “Me senti impotente e com nojo”, diz estudante que teve fotos íntimas vazadas. **Blog SOS Ação Mulher e Família**, 30 nov. 2013. Disponível em: <http://sosmulherfamilia.blogspot.com/2013/11/me-senti-impotente-e-com-nojo-diz.html>. Acesso em: 08 ago. 2019.

CRESPO, Marcelo. **Sexting e Revenge Porn: por que precisamos falar sobre isso?**, 2015. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/sexting-e-revenge-porn-por-que-precisamos-falar-sobre-isso/>. Acesso em: 02 jul. 2019.

CUNHA e CRUZ, Marco Aurélio Rodrigues da; COSTA, Carlos; ARAÚJO, Laisa Ribeiro de. A responsabilidade civil do provedor de conteúdo por violações à honra praticadas por terceiros: antes e pós-marco civil da internet. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 24, n. 99, p. 185-231, mai./jun. 2015.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 284 p.

FARIA, Fernanda Cupolillo Miana de; ARAÚJO, Júlia Silveira de; JORGE, Marianna Ferreira. Caiu na rede é porn: pornografia de vingança, violência de gênero e exposição da "intimidade". **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 659-677, set./dez. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13999/10888>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FEIX, Virgínia. Das formas de violência contra a mulher – artigo 7º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 201-213. Disponível em: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2015/04/LMP-comentada-perspectiva-juridico-feminista.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2019.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2004000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004). Acesso em: 19 jul. 2019.

FIRMINO, Diana Baroni. **Das atuais lacunas legislativas relacionadas aos crimes contra a dignidade sexual**. 2018. 71 f. Monografia (Especialização) - Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/download/7424/67647803>. Acesso em: 30 ago. 2019.

FONSECA, Marina Ribeiro e; MOTA, Maria Cecília de Moura. **O tratamento jurídico da pornografia de revanche no Brasil**. In: CONGRESSO DE TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO: PENAL, PROCESSO PENAL, CRIMINOLOGIA E NOVAS TECNOLOGIAS, 1., 2017, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2017. p. 330-336. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/6rie284y/t3m9n6k4/NAy52BQl9l29seaA.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

FRANÇA, Leandro Ayres et al. A criminalização do *revenge porn*: análise do art. 218-C (Código Penal). **Boletim Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 315, p. 11-13, fev. 2019.

FREITAG, Luana Monteiro; MEDEIROS, Anne Michele de. **O direito à privacidade, a internet e o problema da pornografia de revanche**. In: SEMANA ACADÊMICA FADISMA ENTREMENTES, 12., 2015, Santa Maria. Anais... Santa Maria: Fadisma, 2015, p. 1-10. Disponível em: <http://sites.fadisma.com.br/entrementes/anais/o-direito-a-privacidade-a-internet-e-o-problema-da-pornografia-da-revanche-2/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FREITAS, Jayme Walmer de. Impressões objetivas sobre a lei de violência doméstica. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 864, p. 431-445, out. 2007.

GARCIA, Carolina. "Sofri um assassinato moral, perdi tudo", conta vítima de cyber vingança. **Delas – iG**, 03 dez. 2014. Disponível em: <https://delas.ig.com.br/comportamento/2014-12-03/sofri-um-assassinato-moral-perdi-tudo-conta-vitima-de-cyber-vinganca.html>. Acesso em: 02 ago. 2019.

GARCIA, Rebeca. Marco Civil da Internet no Brasil: repercussões e perspectivas. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 964, p. 161-190, fev. 2016.

GOUVÊA, Eduardo Mingorance de Freitas. Privacidade e internet: o direito de não ser exposto na rede. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 97, p. 19-44, jan./fev. 2019.

HASSE, Mariana. **Violência de gênero contra as mulheres**: em busca da produção um cuidado integral. 2016. 281 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-13022017-204029/pt-br.php>. Acesso em: 07 mai. 2019.

HEERDT, Samara Wilhelm. Das medidas protetivas de urgência à ofendida – artigos 23 e 24. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 315-325. Disponível em: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2015/04/LMP-comentada-perspectiva-juridico-feminista.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2019.

JUSTI, Adriana. Após fotos íntimas pararem na web, mulher diz sofrer preconceito diário. **G1 PR**, 27 ago. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2013/08/apos-fotos-intimas-pararem-na-web-mulher-diz-sofrer-preconceito-diario.html>. Acesso em: 02 ago. 2019.

KOHLRAUSCH, André Rodrigo. **A "pornografia de vingança" e a Lei Maria da Penha: crime de exposição pública de intimidade sexual**. 2017. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1879/1/2017AndreRodrigoKohlrausch.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

LAVIGNE, Rosane M. Reis; PERLINGEIRO, Cecilia. Das medidas protetivas de urgência – artigos 18 a 21. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 289-305. Disponível em: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2015/04/LMP-comentada-perspectiva-juridico-feminista.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

LEITÃO JÚNIOR, Joaquim; SILVA, Raphael Zanon da. **A Lei nº 13.641/2018 e o novo crime de desobediência de medidas protetivas**. Canal Ciências Criminais. 2018. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/desobediencia-medidasprotetivas/>. Acesso em: 22 jun. 2018.

LINS, Beatriz Accioly. “Ih, vazou!”: pensando gênero, sexualidade, violência e internet nos debates sobre “pornografia de vingança”. **Revista cadernos de campo**, São Paulo, v. 25, n. 25, p. 246-266, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/114851/134104>. Acesso em: 02 set. 2019.

MARINHO JÚNIOR, Jânio Urbano. Responsabilidade civil de provedores de internet, websites e gestores de aplicativos de redes sociais. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 91, p. 17-38, jul. 2018.



MARISE, Bruno. Homem é condenado a pagar R\$ 14 mil por espalhar fotos íntimas de ex-namorada. **Uol Notícias**, 25 mai. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/05/25/homem-e-condenado-a-pagar-r-14-mil-por-espalhar-fotos-intimas-de-ex-namorada.htm>. Acesso em: 11 set. 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. 2051 p.

MOCELLIN, Caroline. A responsabilidade civil dos provedores por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiro no marco civil da internet. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 83, p. 15-42, nov. 2017.

MORAES, Rafael Francisco Marcondes de; EVANGELISTA JUNIOR, Osvaldo. Lei 13.718/18 e o pretense recrudescimento dos crimes sexuais. **Boletim Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 311, p. 10-12, out. 2018.

MORELLI JUNIOR, Amirton Archanjo; MEIRELLES, Flávia Sanna Leal de. Violência de Gênero no Século XXI: A Pornografia de Vingança. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 71, p. 88-93, dez. 2015.

MOTA, Bruna Germana Nunes. **Pornografia de vingança em redes sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas digitais**. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/11358>. Acesso em: 27 jul. 2019.

NOGUEIRA, Beatriz Carvalho; NASCIMENTO, Flávia Passeri. Lei maria da penha e as medidas protetivas de urgência: instrumento de repressão à violência doméstica e familiar contra a mulher. In: SEVERI, Fabiana Cristina; ZACARIAS, Laysi da Silva (Orgs.). **Direitos Humanos das Mulheres**. Ribeirão Preto: FDRP, 2017. p. 68-74. Disponível em: <http://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2017/11/LIVRO-DHM-VERS%C3%83O-FINAL-NAJURP.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

NOMURA, Leandro. 'Crime na internet é ferida aberta', diz mãe sobre fotos nuas vazadas pelo ex. **Jornal Folha de São Paulo**, 21 mai. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/minhahistoria/2017/05/1885458-crime-na-internet-e-ferida-aberta-diz-mae-sobre-fotos-nuas-vazadas-pelo-ex.shtml>. Acesso em: 03 ago. 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais comentadas**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 1181 p.

OLIVEIRA, Alyne Farias de; PAULINO, Leticia Andrade. **A vítima da pornografia de vingança no âmbito penal: amparo judicial frente a ausência de tipo penal incriminador**. In: ENCONTRO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE ALAGOAS - PODER JUDICIÁRIO: ESTRUTURA, DESAFIOS E CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS, 1., 2016, Alagoas. Anais... Alagoas: ESMAL, 2016, p. 44-56. Disponível em: <http://enpejud.tjal.jus.br/index.php/exmpteste01/article/view/32>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PECINI, Carlos José de Araújo. Caze conversa com Fran, vítima de vazamento de vídeos íntimos. **TV Uol**, 15 jan. 2015. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/2-04020C983666CC815326>. Acesso em 06 ago. 2019.

RESENDE, Paula. 'Não me arrependo porque fiz por amor', diz garota sobre vídeo de sexo. **G1 GO**, 23 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/10/nao-me-arrependo-porque-fiz-por-amor-diz-garota-sobre-video-de-sexo.html>. Acesso em: 06 ago. 2019.

RIBEIRO, Raisia Duarte da Silva; BARBOSA, Renata da Silva Athayde; COSTA, Rodrigo de Souza. Pornografia e violência de gênero: instrumentos de proteção da mulher em situação de violência. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 151, p. 417-456, jan. 2019.

RODRÍGUEZ, Liziane da Silva. **Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8055>. Acesso em: 22 ago. 2019.

RODRIGUES, Paulo Gustavo; NOGUEIRA, Karolyne Maria Celestino. A pornografia de vingança e as dificuldades de tipificação no ordenamento jurídico-penal atual. **Revista da Esmal**, Alagoas, v. 3, n. 7, p. 181-194, nov. 2018. Disponível em: <http://revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/view/101>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SAFERNET. **Institucional**. 2019. Disponível em:  
<https://new.safernet.org.br/content/institucional>. Acesso em: 31 mai. 2019.

SAFERNET. **Indicadores Helpline**. 2019. Disponível em:  
<https://helpline.org.br/indicadores/>. Acesso em: 31 mai. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 152 p.

SALES, Renata Corsini de. **A pornografia da vingança à luz da doutrina e da jurisprudência dos tribunais de justiça das regiões sul e sudeste**. 2017. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/11475>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça (5. Câmara). **Apelação Cível n. 0302133-09.2016.8.24.0075**. Apelações Cíveis. Responsabilidade civil. Ação de obrigação de fazer e indenizatória. Danos morais. Divulgação ofensiva. – Parcial procedência na origem. Recorrentes/Recorridos: A. C. e F. S. O. do B. Ltda. Relator: Des. Henry Petry Junior, 28 de novembro de 2017. DOE, 28 nov. 2017. Disponível em: [http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only\\_ementa=&frase=&id=AABAg7AAEAAGAWJAAD&categoria=acordao\\_5](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAEAAGAWJAAD&categoria=acordao_5). Acesso em: 26 jul. 2019.

SCHOLZ, Flávia Werner. **Qual nudez será castigada? Comunicação de resistência no enfrentamento a pornografia não consensual**. 2016. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/45488>. Acesso em: 01 jul. 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: [https://archive.org/details/scott\\_gender/page/n1](https://archive.org/details/scott_gender/page/n1). Acesso em: 07 mai. 2019.

SERRO, Bruna Manhago. **Da responsabilidade civil dos provedores de aplicações frente à Lei 12.965/2014: análise doutrinária e jurisprudencial**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE, 3., 2015, Santa Maria. Anais... Santa Maria: UFSM, 2015. p. 1-15. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/6-3.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SILVA, Artenira da Silva e; PINHEIRO, Rossana Barros. A incompatibilidade entre o modelo processual dos juizados especiais criminais e a complexidade da pornografia de vingança. **Revista Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2574-2602, nov. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/33242>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SILVA, Artenira da Silva e; PINHEIRO, Rossana Barros. Exposição que fere, percepção que mata: a urgência de uma abordagem psicossociojurídica da pornografia de vingança à luz da Lei Maria da Penha. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 62, n. 3, p. 243-265, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/53834>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, Artenira da Silva e; PINHEIRO, Rossana Barros. O gênero como o denominador comum nas diferentes perspectivas penais da disposição e exposição não autorizadas da intimidade feminina. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 24, n. 2, p. 1-17, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/8352>. Acesso em: 27 ago. 2019.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 37. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014. 934 p.

SILVA, Sirlanda Maria Selau da. **O discurso jurídico sobre pornografia de vingança no Brasil**. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5699>. Acesso em: 07 jul. 2019.

SIMIONI, Fabiane; CRUZ, Rúbia Abs da. Da violência doméstica e familiar – artigo 5º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 185-193. Disponível em: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2015/04/LMP-comentada-perspectiva-juridico-feminista.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2019.

SOUSA, Letícia de Mélo. **Slut shaming e porn revenge: vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental**. 2017. 74 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade

Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12168>. Acesso em: 01 jul. 2019.

TEFFÉ, Chiara Antonia Spadaccini de. Responsabilidade civil e liberdade de expressão no marco civil da internet: a responsabilidade civil dos provedores por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 63, p. 59-83, jun./set. 2015.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Direito à imagem na internet: estudo sobre o tratamento do marco civil da internet para os casos de divulgação não autorizada de imagens íntimas. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, São Paulo, v. 15, p. 93-127, abr./jun. 2018.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; MORAES, Maria Celina Bodin de. Redes sociais virtuais: privacidade e responsabilidade civil Análise a partir do Marco Civil da Internet. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 108-146, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/6272>. Acesso em: 26 jul. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002, 120 p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo das vítimas de violência doméstica e familiar. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 86, p. 381-392, set. 2010.

TOMAZ, Kleber. Jovem denuncia ex-namorado por ameaça e desabafa contra foto nua. **G1 São Paulo**, 18 nov. 2013. Disponível: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/jovem-denuncia-ex-namorado-por-ameaca-e-desabafa-contrafoto-nua.html>. Acesso em: 07 ago. 2019.

VARELLA, Gabriela. "O que difere a pornografia de vingança dos outros crimes é a continuidade". **Revista Época**, 16 fev. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2016/02/o-que-difere-pornografia-de-vinganca-dos-outros-crimes-e-continuidade.html>. Acesso em: 05 ago. 2019.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; FRANCISCO, Fabiano Porto. Feminicídio: uma análise da violência de gênero no Brasil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 999, p. 369-404, jan. 2019.

VIEIRA, Waleska Duque Estrada. A privacidade no ambiente cibernético: direito fundamental do usuário. **Revista da ESMESC**, Florianópolis, v. 24, n. 30, p. 197-217, 2017. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/167>. Acesso em: 22 jul. 2019.

WANZINACK, Clóvis; SCREMIN, Sanderson Freitas. Sexting: comportamento e imagem do corpo. **Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 7, n. 2, p. 22-29, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/40715/24908>. Acesso em: 30 mai. 2019.